



**RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS
2015**

Índice

Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores de Actividade.....	4
Evolução dos principais indicadores 2012-2015.....	5
Factos relevantes em 2015.....	6
Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar	7
Economia Internacional	7
Economia Nacional.....	12
Mercados Financeiros	17
Governo Societário.....	20
Principais Accionistas	20
Principais Órgãos de Governo e Competências	20
Composição dos Órgãos de Governo	22
Organigrama / Estrutura Funcional.....	22
Recursos Humanos, Canais de Distribuição e Outros Meios	24
Recursos Humanos.....	24
Formação	25
Canais de Distribuição.....	26
Gestão dos Riscos	28
Principais Tipos de Risco	29
Organização Interna	30
Avaliação de Riscos	30
Evolução das Áreas de Negócio.....	32
Banca de Retalho	32
Centros de Empresas.....	34
Análise Financeira.....	36
Análise da evolução da estrutura do Balanço	36
Análise da evolução da Demonstração de Resultados.....	39
Solvabilidade	42
Proposta de Aplicação de Resultados.....	43
Demonstrações Financeiras.....	44
Notas às Demonstrações Financeiras.....	48
Relatório do Auditor Independente	104
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	106
Anexos	107
Contactos Finibanco – Rede de Canais de Distribuição	108

O presente Relatório e as Contas foram aprovadas em Assembleia Geral ordinária no dia 19 de Abril de 2016.

Mensagem do Presidente

DESAFIANDO O FUTURO

Exmos. Senhores,

O exercício de 2015 esteve marcado pela difícil conjuntura económica internacional, que veio a reflectir-se também em Angola, condicionando fortemente o desenvolvimento da actividade bancária do Finibanco, devido, nomeadamente, à degradação do quadro macroeconómico com repercussão no desempenho das empresas e da situação das famílias a par do aumento exponencial dos custos por via da desvalorização cambial e da limitação das importações.

A estes desafios, o Finibanco respondeu com o ajustamento do seu posicionamento estratégico, suportado na solidez e solidariedade, de modo a acomodar a sua abordagem de mercado ao novo enquadramento económico, assegurando o apoio à Economia Angolana.

Neste particular cumpre, desde logo, destacar a aquisição de Dívida Pública, o que tem permitido a execução das políticas governamentais de interesse para as populações, para além do crédito concedido aos operadores económicos que se reflecte no crescimento da carteira e do produto bancário.

No exercício em apreço merece referência o esforço feito, designadamente no último trimestre, no reforço do governo societário e do controlo interno, a par da resposta aos requisitos em matéria de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo. Neste período, foram igualmente ultimadas as condições necessárias aos requisitos decorrentes da adopção das normas internacionais de contabilidade “IAS/IFRS” e do reforço da Gestão dos Riscos.

O sucesso na resposta a todos estes desafios foi devido ao trabalho em equipa dos nossos colaboradores e ao suporte técnico do accionista Montepio Holding, por via da Caixa Económica do Montepio Geral. Neste particular cumpre ainda referir o esforço que vem sendo desenvolvido na formação dos quadros, quer em Angola, quer no exterior.

O desempenho de 2015 confirma a tendência positiva do último triénio, evidenciando a resiliência da exploração e a adequada orientação estratégica imprimida, traduzida no reforço da solidez patrimonial e da sustentabilidade.

Aos trabalhadores do Finibanco queremos agradecer a dedicação, empenho e compromisso demonstrados no trabalho diário em prol da instituição. Somos um banco jovem focado no serviço aos clientes e no desenvolvimento das capacidades de cada um. Somos um banco sólido e com um futuro de desenvolvimento.

Na oportunidade queremos agradecer aos nossos clientes a confiança e fidelidade demonstradas e expressar a nossa confiança no estreitamento do relacionamento comercial assente no espírito de parceria e numa perspectiva de futuro.

Aos nossos accionistas deixamos uma palavra de agradecimento pela contribuição no desenvolvimento do banco e para a consecução do desempenho alcançado, e uma mensagem de confiança no futuro, com a certeza de que estamos preparados tecnicamente para enfrentar com sucesso os desafios. Contamos para tal desiderato, com uma situação patrimonial robusta e dispomos de uma equipa de gestão experiente, com um profundo conhecimento do mercado e com compromisso na geração de valor.

Por último uma palavra de reconhecimento ao Banco Nacional de Angola e demais Autoridades Angolanas pelo espírito de cooperação institucional que tem dispensado ao Finibanco.

José Félix Morgado
Presidente do Conselho de Administração

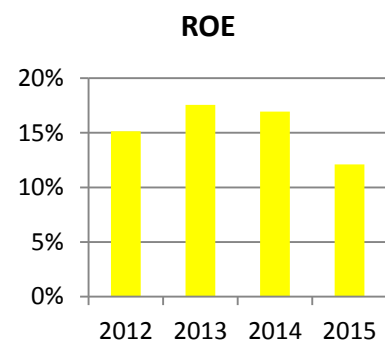
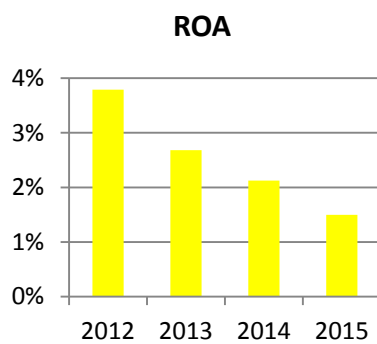
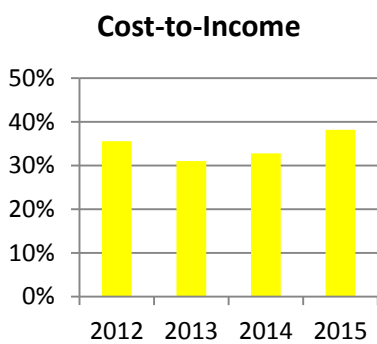
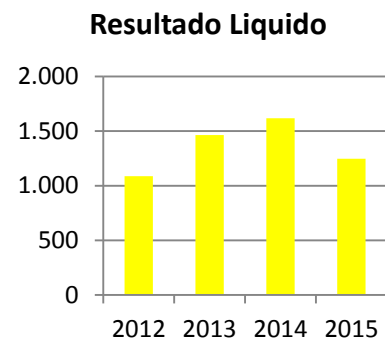
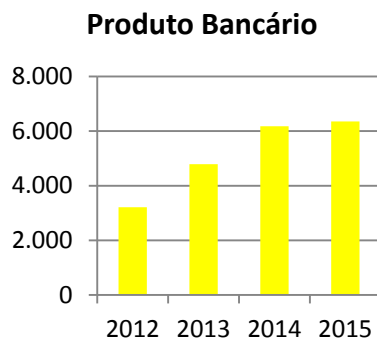
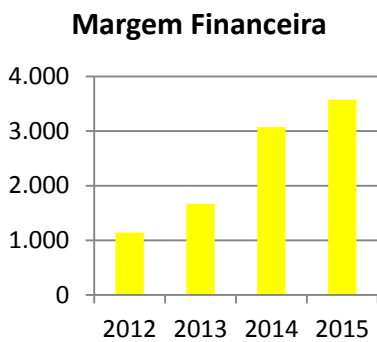
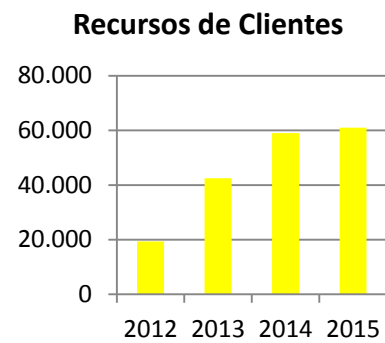
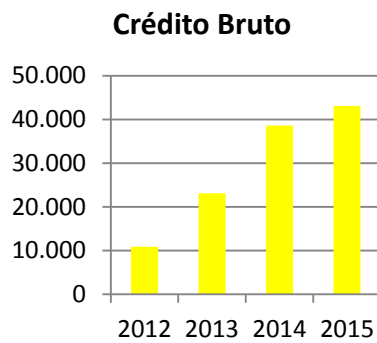
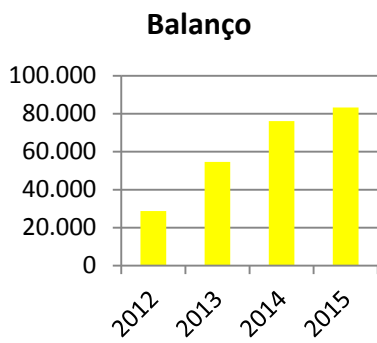
Principais Indicadores de Actividade

(Valores expressos em milhões de AOA)

	31-dez-13	31-dez-14	31-dez-15	Varição 2014-2015	Varição %
BALANÇO					
Activo Líquido	54.603	76.144	83.285	7.140	9,38%
Crédito sobre Clientes	23.104	38.597	43.113	4.516	11,70%
Títulos e Valores Mobiliários	2.334	12.970	20.010	7.040	54,28%
Recursos Totais de Clientes	42.497	59.003	61.005	2.001	3,39%
Capitais Próprios	8.340	9.548	10.311	763	7,99%
Fundos Próprios Regulamentares	7.817	12.110	13.839	1.728	14,27%
ACTIVIDADE					
Margem Financeira	1.672	3.076	3.574	499	16,21%
Produto Bancário	4.790	6.176	6.353	177	2,87%
Reforço de Provisões	1.066	1.889	2.156	266	14,11%
Custos com o Pessoal	726	901	1.110	210	23,29%
Custos de Estrutura	1.486	2.026	2.426	400	19,76%
Cash-Flow Operacional	3.412	4.544	2.355	(2.189)	-48,17%
Resultado Líquido	1.465	1.618	1.248	(370)	-22,86%
RENTABILIDADE					
Retorno do Activo (ROA)	2,68%	2,12%	1,50%	-0,63	pp
Return on Equity (ROE)	17,56%	16,94%	12,10%	-4,84	pp
EFICIÊNCIA					
Cost-to-Income	31,03%	32,80%	38,18%	5,39	pp
Custos de Estrutura / Activo Líquido Médio	4,06%	2,90%	2,99%	0,33	pp
Número de Funcionários / Número de Balcões e Centros de Empresa	11,20	10,72	9,76	(0,96)	-8,96%
ESTRUTURA					
Número de Agências e Centros de Empresas	15	18	21	3	16,67%
Número de Colaboradores	168	193	203	10	5,18%
Número de Clientes	21.075	27.670	32.965	5.295	19,14%
Número de ATM's	25	35	42	7	20,00%
Número de Cartões Multicaixa	9.482	11.840	11.715	(125)	-1,06%
Número de TPA's	351	407	402	(5)	-1,23%
LIQUIDEZ					
Taxa de Conversão de Crédito em Depósitos	54,37%	65,42%	70,67%	5,26	pp
Disponibilidades (BNA e OIC's) e net MMI	20.029	18.137	10.691	(7.755)	-42,04%
SOLIDEZ					
Crédito Vencido / Crédito Total	3,79%	2,11%	3,48%	1,37	pp
Rácio de Solvabilidade	20,17%	18,04%	16,51%	-1,53	pp
Rácio de Imobilizado	64,32%	47,54%	45,02%	-2,52	pp

Evolução dos principais indicadores 2012-2015

(Valores em milhões de AOA)



Factos relevantes em 2015

Janeiro 2015

- Inauguração da agência da rede de retalho no Lubango, Huíla.
- Inauguração da agência do centro de empresas do Lubango, Huíla.

Maio 2015

- Inauguração da agência da rede de retalho no Camama II TPA, Luanda.
- Adopção de procedimentos e ferramenta informática para cumprir os requisitos FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act).
- Entrada em funcionamento do novo aplicativo de Front-Office.

Junho 2015

- Entrada em funcionamento do sistema SCC – Subsistema de Compensação de Cheques com evolução da troca física para a troca electrónica de cheques.

Setembro 2015

- Entregue ao Banco Nacional de Angola o Dossiê de apresentação das Metodologias de apuramento de perdas por imparidade.
- Luís Moreira Maia de Almeida renuncia ao cargo de administrador do Conselho de Administração e Comissão Executiva.

Outubro 2015

- João Filipe Milhinhos Roque cooptado como administrador executivo do Conselho de Administração e Comissão Executiva.

Novembro 2015

- Entrada em funcionamento de uma nova aplicação informática de AML (Anti Money Laundering), de modo a dotar o Banco das melhores práticas de prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.
- António Tomás Correia renuncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração.
- José Félix Morgado, eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração em Assembleia Geral extraordinária de dia 20 de Novembro.

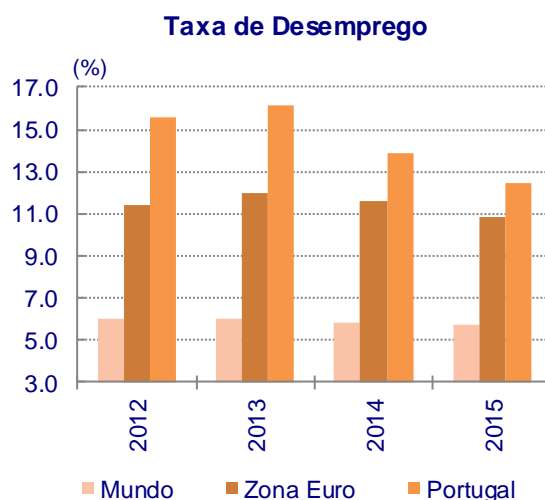
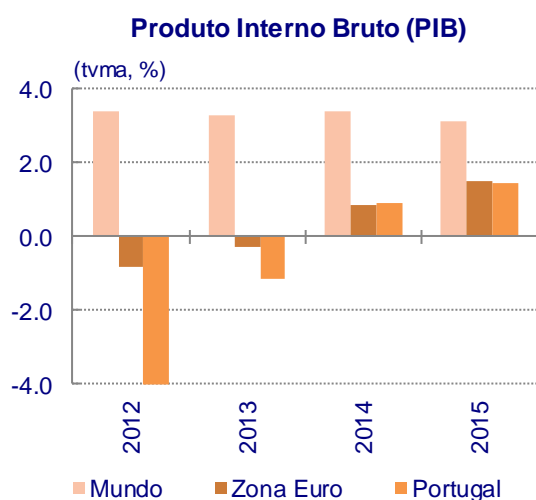
Dezembro 2015

- O Conselho de Administração aprovou a criação do Comité de Controlo Interno e o Comité de Gestão de Riscos e de Activos e Passivos.

Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar

Economia Internacional

A economia mundial terá crescido 3,1% em 2015 (estimativa do FMI), traduzindo uma desaceleração face ao crescimento de 3,4% observado em 2014. Esta desaceleração reflectiu, em grande medida, uma recuperação mais lenta do que era expectável das economias emergentes e em desenvolvimento, responsáveis por mais de 70% do crescimento global – a diminuir, pelo quinto ano consecutivo, enquanto as economias avançadas continuaram a recuperar de forma moderada. Para 2016, o FMI prevê uma aceleração do crescimento mundial para 3,4%. Os riscos que poderão afectar a economia global durante o presente ano continuam a incluir a desaceleração económica nas economias emergentes, a alteração do modelo de crescimento da China, os reduzidos preços das matérias-primas e a normalização gradual da política monetária nos EUA. Acresce que a volatilidade nos mercados financeiros, neste início de ano de 2016 poderá também ter impactos negativos sobre a actividade económica, quer por via das expectativas desfavoráveis dos agentes económicos, podendo consubstanciar-se em adiamento das decisões de consumo e de investimento, quer pelo alargamento dos prémios de risco, tornando as condições financeiras mais restritivas para o sector privado.



Estados Unidos da América

A economia americana cresceu, no ano de 2015, 2,4%, mantendo o ritmo de 2014, depois de um crescimento de 1,5% em 2013 e de 2,2% em 2012. Os crescimentos de 2014 e 2015 são os mais elevados desde 2010 (+2,5%) e o segundo mais elevado do actual ciclo económico. A economia americana foi suportada apenas pela procura interna, com as exportações líquidas a condicionarem o crescimento, já que as importações cresceram mais do que as exportações. Uma das razões para a maior resiliência da economia, num contexto internacional adverso, prende-se com o recrudescimento da actividade imobiliária, com a subida dos preços das casas a ser determinante para a recuperação da riqueza dos consumidores, apoiada também na valorização das acções. O consumo privado avançou 3,1% (+2,7% em 2014), ao maior ritmo desde 2005, suportado pelas melhorias no mercado de trabalho, pelos baixos níveis de taxas de juro, pelas reduzidas pressões inflacionistas e pela subida da confiança dos consumidores (em termos médios, 2015 foi o melhor ano desde 2006). A taxa de desemprego desceu de 5,6%, no final de 2014, para 5,0% no final de 2015 (um mínimo desde Abril de 2008),

permanecendo acima dos 4,7% registados em Novembro de 2007, o último mês do anterior período de expansão da economia. Tem sido com o objectivo de melhorar as condições no mercado de trabalho que a autoridade monetária tem enveredado por uma política monetária extremamente acomodatória, quer com as taxas de juro perto de zero (o target para a taxa dos fed funds esteve entre 0,00% e 0,25% entre 2008 e Dezembro de 2015, quando foi realizado a primeira subida de taxas desde 2006, para o intervalo entre 0,25% e 0,50%), quer com programas de compra de dívida, os quais começaram a ser aliviados na reunião de Dezembro de 2013 e finalizaram em Outubro de 2014. Para tal contribuíram os objectivos conseguidos com a redução da taxa de desemprego e não obstante o deflator core do consumo privado continuar a crescer a um ritmo inferior ao actual objectivo da Fed de 2,0%, registando em Dezembro de 2015 um crescimento de apenas 1,5%.

Zona Euro

Depois de o PIB ter crescido 0,9% em 2014, regressando aos crescimentos anuais depois de dois anos a contrair (-0,3% em 2013) – em grande medida como resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros –, a economia da Zona Euro, em 2015, deu continuidade ao processo de gradual recuperação, tendo crescido 1,5%. A Alemanha continuou a apresentar um dos maiores dinamismos económicos da Zona Euro, com um crescimento de 1,4% em 2015, bem como Espanha que observou um crescimento bem superior em 2015 (+3,2%), destacando-se claramente pela positiva entre os países da região. A Itália regressou, finalmente, aos crescimentos (+0,6%), após três anos a contrair, enquanto a França viu o crescimento acelerar para 1,1%, sendo, juntamente com a Alemanha, as duas únicas destas quatro maiores economias da região que já ultrapassaram os níveis de actividade pré-crise 2008/09.

Reflectindo a gradual recuperação das economias, a taxa de desemprego da Zona Euro prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 11,4%, em Dezembro de 2014, para 10,4% em Dezembro 2015, ficando apenas a 1,7 pontos percentuais (p.p.) dos máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre Março e Maio de 2013, continuando, assim, a revelar um mercado laboral ainda bastante deteriorado.

Ao nível da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor - IHPC) depois de ter estado no início de 2015 (-0,6% em Janeiro) em níveis mínimos desde Julho de 2009, foi subindo de forma gradual (embora irregular) ao longo do ano, tendo saído, em Abril, dos valores negativos para alcançar os 0,2% em Dezembro de 2015 (-0,2% em Dezembro de 2014). Por seu lado, a inflação subjacente (ou seja, excluindo produtos alimentares não transformados e energia) atingiu 0,9% em Dezembro de 2015, 0,2 p.p. acima da observada no final de 2014, permanecendo acima da inflação geral e permitindo, de certa forma, continuar a afastar os cenários mais pessimistas de uma situação de deflação. Em termos médios anuais, a taxa de inflação desceu dos 0,4% observados em 2014 para um valor nulo em 2015, permanecendo bem distante do objectivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de uma taxa de inflação abaixo, mas próxima, dos 2,0%.

Com o objectivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o BCE voltou a adoptar, ao longo de 2015, várias medidas expansionistas, tendo decidido cortar a taxa de juro dos depósitos (de -0,20% para -0,30%) e lançar (em 9 de Março) um programa alargado de compra de activos (dívida privada e pública), através de uma política de quantitative easing. Este programa que foi inicialmente estabelecido até Setembro de 2016 (e a um ritmo médio mensal de 60 mil milhões de euros), foi prolongado, em Dezembro, até, pelo menos, Março de 2017

Outras Economias

As economias emergentes registaram um abrandamento do crescimento em 2015, mais pronunciado no Brasil e na Rússia, que registaram recessões, com a excepção a ser apenas a estabilização do ritmo de crescimento na Índia.

Crescimentos do Produto Interno Bruto

(unidade: %)	2013	2014	2015
EUA	2,2	2,4	2,4
Zona Euro	-0,3	0,9	1,5
Portugal	-1,1	0,9	1,5
Reino Unido	2,2	2,9	2,2
Japão	1,4	0,0	0,4
BRICS			
Brasil	3,0	0,1	-3,8
Rússia	1,3	0,6	-3,7
Índia	6,4	7,3	7,3
China	7,7	7,3	6,9
África do Sul	2,2	1,5	1,3
PALOP			
Angola	6,8	4,8	3,2
Moçambique	7,1	7,4	6,3
Cabo Verde	1,0	2,7	1,5

Fonte: Thomson Reuters .

Na China, a economia cresceu 6,9%, em desaceleração face aos 7,3% de 2014, sendo o mais baixo crescimento desde 1990. A economia tem sido prejudicada pelo forte ajustamento que se tem observado no mercado imobiliário, pelas fracas pressões ao nível dos preços (a inflação abrandou de +2,0% em 2014 para +1,4% em 2015, ficando abaixo do target de +3,5%) e também por uma má alocação de recursos em alguns sectores, que se têm traduzido em problemas de sobre capacidade. Pela primeira vez, o sector terciário foi responsável por mais de 50% do PIB.

A evolução da economia do Brasil continuou a desapontar, já que, depois de, em 2014, ter crescido apenas 0,1%, em 2015 caiu 3,8%, sendo os últimos quatro anos os piores desde 1981/84, superando, pela negativa, os anos que incluíram a recessão de 2008/09. A queda do real tem levado a uma aceleração da inflação importada e conduzido o banco central a subir as taxas de juro (pela última vez em Julho de 2015), com impacto no consumo e no investimento. Por outro lado, a performance da economia, a descida dos preços do petróleo, o não cumprimento das metas orçamentais e os escândalos de corrupção levaram as agências de rating a cortar o rating do país para junk, obrigando ao anúncio de novas medidas de consolidação orçamental que estão a amplificar a recessão, pelo que o PIB deverá cair novamente em 2016.

Na Índia, a economia cresceu, em 2015, ligeiramente menos do que o inicialmente esperado, mas de forma robusta e conseguindo manter o mesmo ritmo de crescimento do ano anterior (+7,3%), contrastando com o sucedido com os restantes BRIC, sendo também o único, desses países, para o qual se prevê uma aceleração no presente ano. O abrandamento das pressões inflacionistas ao longo de 2015 – a taxa de inflação passou de um valor médio anual de 6,7% em 2014 para 4,9% em 2015 – permitiu ao banco central da Índia (RBI) tornar a sua política monetária menos restritiva, estimulando a actividade económica do país. O RBI efectuou quatro cortes de taxas de juro em 2015, depois de, praticamente, ter mantido as taxas ao longo de 2014 (a excepção foi a reunião inaugural de 2014, a primeira do Governador Raghuram Rajan ao leme da instituição).

Na Rússia, o PIB cresceu 0,6% em 2014, em desaceleração face ao crescimento de 1,3% em 2013 e em 2015 caiu 3,7%, correspondendo à pior performance desde 2009 (-7,8%). Esta queda da economia deveu-se às sanções impostas pelo Ocidente em resultado dos conflitos com a Ucrânia, que penalizaram de forma intensa as exportações da Rússia. A significativa queda dos preços do petróleo, observada em 2014 e 2015, são também responsáveis por este abrandamento, uma vez que 50% das suas receitas orçamentais provêm do petróleo e do gás natural, como também cerca de 25% da riqueza criada no país depende do sector da energia. A contribuir para a maior deterioração da actividade económica esteve também o colapso observado no valor do rublo no final de 2014, que conduziu a economia a uma situação de

inflação importada (e levou o banco central a subir agressivamente as taxas de juro, um movimento apenas parcialmente revertido em 2015), levando conseqüentemente a um forte aumento da inflação (de +6,8% em 2013 para +7,8% em 2014 e +15,6% em 2015) e a uma redução significativa do poder de compra das famílias, o que teve um forte impacto no consumo. O investimento em capital fixo foi também bastante penalizado ao longo do ano, com as empresas a terem dificuldades em financiar os seus projectos devido às elevadas taxas de juro que vigoram no país e também à falta de acesso aos mercados internacionais.

A África do Sul, depois de ter saído da recessão de 2009 (-1,5%), cresceu 3,0% em 2010, reflectindo um conjunto de políticas governamentais e a recuperação da procura interna por via da realização do Mundial de Futebol. A economia voltou a acelerar em 2011, para 3,2%, regressando às desacelerações em 2012, para 2,2%, traduzindo o próprio abrandamento da economia global e a sua forte abertura ao exterior, tendo mantido em 2013 esse ritmo de crescimento e voltado a abrandar em 2014, para 1,5%, e em 2015, para 1,3%.

Em 2015, a economia de Moçambique registou um crescimento de 6,3%, o mais baixo desde 2000 (+1,7%), depois de ter expandido 7,4% em 2014 (+7,1% em 2013), ao maior ritmo desde 2007 (+7,5%). O maior crescimento registou-se no sector secundário (+8,5%), seguido pelo sector primário (+6,6%) e pelo sector terciário (+5,9%). O abrandamento da economia reflecte a desaceleração do investimento directo estrangeiro (IDE), uma política orçamental mais restritiva, a queda das receitas externas e a conseqüente desvalorização do metical, com o crescimento em 2015 a acabar por ser inferior ao inicialmente esperado – algo que, de resto, foi a regra a nível global –, mas com a economia a continuar a crescer mais do que a média de África. A inflação média anual cifrou-se em 2,39% em 2015, em ligeira aceleração face aos 2,29% observados em 2014, mas mantendo-se abaixo dos 4,21% apresentados em 2013, quando acelerou face aos 2,10% de 2012. A classe da educação foi a que teve maior variação anual de preços, com um acréscimo de 10,47%. Prevê-se que a inflação intensifique durante este ano a tendência de aceleração, reflectindo os efeitos da forte depreciação do metical observada ao longo de 2015 (em especial em Novembro) e o esperado gradual aumento dos preços do petróleo e dos bens alimentares na segunda metade deste ano. Ao longo de 2015, a política monetária do Banco de Moçambique (BM) procurou salvaguardar o ambiente de inflação baixa e a redução dos custos de obtenção de empréstimos do sector privado. Entretanto, a desvalorização do metical, traduziu-se na aceleração da taxa de inflação e levou o BM a reverter a política, tendo iniciado um rápido aperto monetário a partir de Outubro, tendo prosseguido nas reuniões de Novembro e Dezembro, aumentando a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez em 225 p.b. no total do ano de 2015. Através desta postura, o BM deverá conseguir atingir o objectivo de médio prazo da inflação em 2016, que estipula um crescimento médio do IPC de Maputo entre 5% e 6%, pese embora possa revelar-se necessária a adopção de mais medidas ao longo do ano.

Em Cabo Verde, a taxa de crescimento do PIB atenuou ao longo dos últimos quatro anos (entre +1% e +2,7%), valores muito abaixo das taxas entre 6% e 7% que se verificaram antes da crise internacional. O abrandamento do turismo, que reflecte o débil crescimento na Zona Euro, o escasso investimento directo estrangeiro (IDE), assim como o persistentemente elevado desemprego e vulnerabilidades no sector bancário, têm afectado a confiança dos consumidores e o investimento interno, contribuindo para um arrefecimento do crescimento. Em 2015, o IDE voltou a crescer e as receitas do turismo a recuperar, também elas promovendo o crescimento, que se estima tenha sido de cerca de 1,5%, em desaceleração face ao acréscimo de 2,7% observado em 2014. O Governo tem vindo a procurar apoiar o crescimento, através de um programa ambicioso de investimento público. Mas o programa tem um conteúdo elevado de importação e tem sido financiado externamente e em condições concessionais (financiamentos regidos por condições favoráveis ao credor). O elevado nível de endividamento resultou em défices orçamentais de dois dígitos em 2010/12, tendo entretanto vindo a diminuir. O relatório da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico, liderada por Portugal, reportado a Dezembro de 2015, refere que o contexto externo da economia de Cabo Verde apresentava alguns sinais de melhoria, relativamente a 2014, o que se reflectia positivamente na balança de pagamentos. Contudo, o abrandamento verificado no investimento (Estado e sector privado) condicionou a actividade económica interna, designadamente no comércio, transportes e administração pública. As receitas do turismo recuperaram e aumentaram as remessas de emigrantes e os donativos. Por outro lado, as importações caíram, bem como as reservas cambiais, embora permanecessem a um nível relativamente elevado: o equivalente a 5,1 meses das

importações de bens e serviços programadas (menos 0,6 meses que em 2014). A taxa de variação homóloga do IPC foi de -0,5% em Dezembro de 2015 e a taxa de inflação média de 2015 de 0,1%, superior à registada em 2014 (-0,2%).

Economia Nacional

A economia angolana tem sido gravemente afectada pela queda acentuada do preço do petróleo. O Governo, no âmbito do Orçamento de Estado para 2016 (OE 2016) – cuja proposta foi concretizada em Outubro, tendo sido posteriormente aprovada pelo Parlamento em 12 de Dezembro de 2015 –, e o FMI, em Novembro de 2015, colocaram o crescimento do PIB em 6,8% em 2013 (+5,2% em 2012) e o de 2014 em 4,8%.

O ano de 2015 ficou marcado pela transmissão dos efeitos da queda do preço do petróleo, tendo sido um ano bastante restritivo para o sector real da economia angolana. O PIB foi afectado directamente pela queda do preço do petróleo, que provocou, designadamente, uma descida das exportações. A trajectória de depreciação apresentada pela taxa de câmbio e a retoma do ciclo ascendente da taxa de inflação, ao longo do ano, reforçaram a desaceleração da actividade económica, em função do abrandamento da procura privada, reflectindo designadamente as restrições no acesso a divisas para efeitos de importação. Por outro lado, o ajustamento orçamental apresentado em Março, em sede do Orçamento de Estado Rectificativo (OER 2015), contemplou reduções expressivas no consumo público (em particular, nas despesas em bens e serviços) e da despesa em investimento do sector público, na ordem de 50% e 53%, respectivamente, reflectindo-se numa dinâmica menos favorável para a actividade económica.

Atendendo aos dados de actividade conhecidos para 2015, apontamos para um crescimento do PIB de 3,2%, com a economia a dever, assim, desacelerar pelo segundo ano consecutivo (+4,8% em 2014). Trata-se de um valor ainda abaixo dos 4,0% estimados pelo Governo, que veio, no âmbito do OE 2016, rever em baixa a sua anterior estimativa de 6,6%, que tinha sido apresentada no OER 2015 e que também já tinha representado uma revisão, em baixa, face aos 9,7% que tinham sido considerados inicialmente no OE 2015, um processo de sucessivas e intensas revisões que ilustram bem a forma intensa e algo inesperada com que a queda do preço de petróleo afectou a actividade económica no país. Segundo o OE 2016, o crescimento do PIB de 4,0% estimados para 2015 terá resultado de um acréscimo de 2,4% da produção do sector não petrolífero, contribuindo com cerca de 1,7 p.p. para o crescimento do PIB e para um crescimento de 7,8% da produção do sector petrolífero (com um contributo de 2,3 p.p. para o crescimento do PIB), acréscimos que, a avaliar pela informação disponível, poderão ser considerados ambiciosos, estimando-se crescimentos entre 1,5% e 2,0% para o sector não petrolífero e entre 6,0% e 6,5% para o sector petrolífero, este último, ainda assim, regressando aos acréscimos, após dois anos em contracção. Com efeito, note-se que, apesar da queda do preço, o sector petrolífero revigorou-se em 2015, terminando em 2014, o ciclo de contracção económica que registava desde a crise financeira e económica 2008/09, apenas pontualmente interrompido em 2012, quando cresceu 4,5%. No entanto, ao longo de 2015, apesar da recuperação económica verificada no sector, a actividade petrolífera continuou a ficar marcada por restrições de produção (blocos 17 e 18, em Janeiro), problemas técnicos no bloco 31 (em Março) e pelo adiamento da paragem parcial no bloco 14 (de Março/Abril, para Julho/Agosto), bem como pelo atraso no arranque e instabilidade de novos poços da Dália, no bloco 17.

A balança corrente foi o primeiro canal (e directo) de transmissão da queda do preço do petróleo na economia angolana, pela ligação imediata entre as exportações líquidas e o PIB. No ano de 2015, Angola deparou-se com uma acentuada deterioração dos termos de troca, reflectindo a forte queda nos preços do petróleo observada ao longo do ano (a cotação do Brent caiu 35,0% entre o final de 2014 e o final de 2015, ao passo que a do WTI desceu 30,5%). Embora o consumo interno de petróleo deva ter permanecido estável, as receitas totais de exportação deverão ter caído cerca de 30%, realçando, uma vez mais, a dependência da economia angolana do sector dos hidrocarbonetos e os contínuos adiamentos do sucesso na diversificação da economia. As importações também deverão ter caído em 2015, reflectindo uma moderação

do investimento público causado pelo contexto desfavorável do preço do petróleo, enquanto a desvalorização do kwanza terá, por sua vez, condicionado a procura por parte dos consumidores. Neste sentido, estimamos que a balança corrente tenha registado um novo défice em 2015 e em forte agravamento, depois de em 2014 ter observado um défice de 1,5% do PIB, representando o primeiro défice desde a recessão mundial de 2009 (quando o défice ascendeu a 10,0% do PIB), sendo que, embora os preços do petróleo devam recuperar ao longo do período de previsão (2016/20), a recuperação não deverá ser tão intensa como a observada após a queda dos preços de 2009, o que significa que a balança corrente não deverá, tão rapidamente, regressar a uma situação excedentária.

Em termos prospectivos, a conjuntura em 2016 deverá continuar a apresentar desafios, pois não se espera que os preços internacionais do petróleo recuperem de forma significativa ao longo do ano, com os riscos a manterem-se negativos. No OE 2016, o Governo antecipa um crescimento do PIB de 3,3%, cerca de 0,7 p.p. abaixo do crescimento estimado para 2015, sustentando esta previsão com um crescimento de 4,8% da produção do sector petrolífero e na manutenção das perspectivas de crescimento do sector não petrolífero (+2,7%). No entanto, trata-se de uma previsão de crescimento do PIB que se poderá considerar ligeiramente optimista. Note-se que as previsões do Governo são sustentadas pela expectativa de que a produção de petróleo no país e os preços internacionais da commodity se cifrem pelos 1,89 Mb/d e pelos 45 dólares (\$)/barril (b), respectivamente. Ao nível da produção de petróleo, partilhamos das previsões ligeiramente menos optimistas divulgadas pela EIU (Economist Intelligence Unit), que apontam para uma previsão de produção de cerca de 1,88 Mb/d. Quanto ao preço médio do petróleo nos mercados internacionais, considera-se a previsão de 45 \$/b do Governo optimista, a avaliar designadamente pelos contratos de futuros (no passado dia 7 de Março, a cotação do Brent estava nos 38,81 \$/b e os contratos de futuros para Dezembro de 2016 apontavam para uma cotação de apenas 43,31 \$/b, correspondendo a uma média anual de 40,03 \$/b). Assim, apontamos para um acréscimo de apenas 3,2% do PIB em 2016, um valor 0,1 p.p. abaixo do previsto pelo Governo e que, face à nossa estimativa de uma expansão de 3,2% em 2015, representa a manutenção do ritmo de crescimento da actividade no presente ano, apesar de a nossa previsão permanecer rodeada de riscos descendentes.

Ao nível de perspectivas de médio prazo, apontamos para uma nova ligeira aceleração da actividade económica em 2017 (+4,0%), com a economia a dever dar nos anos seguintes continuidade a essa tendência de moderada aceleração, impulsionada pelas perspectivas de sólidos crescimentos do consumo público e privado, reflectindo a recuperação dos preços do petróleo, prevendo-se um crescimento médio anual de 4,7% para o período 2017/20. Este ímpeto de crescimento de médio e longo prazo estará dependente da: i) dimensão do crescimento populacional – deverá crescer a um ritmo médio anual de 3,0% entre 2014 e 2020, segundo o FMI, sendo que o Governo conduziu um Censo em 2014, apurando uma população total de 24,38 milhões em Maio de 2014 –, e sobretudo até que medida estará associado à qualificação do capital humano; ii) aposta na construção de infra-estruturas (nomeadamente no acesso à energia e aos transportes), que dependerá do investimento público (que por seu lado depende das receitas orçamentais) e de fluxos de capital estrangeiro; iii) diversificação da estrutura produtiva, uma vez que o sector petrolífero – que em 2015 terá sido responsável por cerca de 25% da produção, 95% das exportações e 55% das receitas públicas – deverá abrandar, ao aproximar-se do máximo da capacidade extractiva; iv) continuação da criação de instituições, da melhoria ao nível da equidade na distribuição do rendimento, da redução de burocracia e do combate à economia paralela; v) manutenção da estabilidade macroeconómica, para a qual foram dados passos muito importantes depois da crise de 2008/09, associada à promoção do crédito; vi) reversão de determinadas medidas pouco eficientes, das quais são exemplo os subsídios aos preços dos combustíveis concedidos pelo Governo (este último um aspecto que o Governo tem vindo a efectuar desde Setembro de 2014, tendo a mais recente diminuição destes subsídios aos combustíveis ocorrido neste mês de Janeiro).

Sobre a evolução do sector petrolífero pairam nos próximos anos, desde logo, riscos relacionados com a evolução dos preços do petróleo. Por outro lado, existem riscos descendentes relacionados com a possibilidade de a OPEP vir a impor quotas mais rigorosas para Angola e com a velocidade de execução dos projectos para aumentar a capacidade produtiva, bem como problemas técnicos que afectaram várias plataformas do país nos últimos anos. Do lado dos riscos ascendentes, estão essencialmente os relacionados com a possibilidade de descoberta de mais petróleo ou de outras commodities (v.g. gás natural).

Ao nível da evolução dos preços, depois de uma taxa média anual de inflação de 7,3% em 2014, em desaceleração (+8,8% em 2013) e representando o mais baixo registo desde 1990, registou-se uma forte aceleração em 2015 para 14,27%. A depreciação mais acentuada do kwanza face ao dólar, desde finais de 2014, foi um dos principais factores para esta forte pressão sobre os preços internos, tendo levado a inflação a ultrapassar, novamente, os dois dígitos, em Julho de 2015, o que já não acontecia desde meados de 2012. Em termos de perspectivas para o ano de 2016, a desvalorização do kwanza face ao dólar (que vai continuar a agravar os preços dos serviços, bens e matérias primas importadas), o agravamento da pauta aduaneira, as políticas proteccionistas e o aumento dos preços dos combustíveis (o Governo tem vindo a cortar os subsídios aos combustíveis desde Setembro de 2014, o que tem vindo naturalmente a exercer uma pressão ascendente sobre os preços), deverão provocar um novo agravamento da inflação dos 10,2% de 2015 para 14,2% em 2016, mantendo-se pelo segundo ano consecutivo acima do objectivo de inflação [+7,0%; +9,0%] do Banco Nacional de Angola (BNA), tratando-se de um valor acima dos 7,0% previstos pelo Governo no OE 2016. Refira-se que estão programados (OE 2016) mais cortes nos subsídios aos preços dos combustíveis, com naturais impactos ascendentes sobre os preços. Posteriormente, prevemos que, designadamente na sequência do aperto da política monetária que tem vindo a ser adoptado pelo BNA, a autoridade continue a adoptar uma postura relativamente cautelosa para conter as pressões inflacionistas, embora isso deva ser insuficiente para conter a inflação no curto prazo. Com as pressões inflacionistas a deverem ser impulsionadas pelos gastos do Governo (designadamente no âmbito da preparação para as eleições legislativas em 2017) ou por preços mais elevados das matérias-primas não petrolíferas, apontamos ainda para taxas de inflação acima do objectivo do BNA entre 2017 e 2019, não obstante se perspectivar o início de uma trajectória descendente da inflação (em termos anuais) a partir do próximo ano, prevendo-se que alcance um valor em torno dos 8,7% em 2020.

A política monetária do BNA ao longo de 2015 permaneceu focada no controlo da liquidez do sistema bancário, visando a manutenção e garantia da estabilidade de preços e da estabilidade do sistema financeiro, proporcionando, assim, espaço para o aumento do crédito e, conseqüentemente, do crescimento económico. A escalada da inflação em 2015 levou o BNA a iniciar um ciclo de aperto da sua política, tendo, ao longo do ano, aumentado a sua taxa de juro básica por cinco ocasiões. Em concreto, na derradeira reunião de 2015, o Comité de Política Monetária (CPM) decidiu: i) aumentar a taxa de juro básica - taxa BNA - de 10,50% para 11,00% (tinha encerrado 2014 em 9,00%); ii) aumentar a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez, de 12,50% para 13,00% (tinha encerrado 2014 em 9,75%); iii) reduzir a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez overnight, de 1,75% para 0,00% (tinha encerrado 2014 em 1,75%); e iv) instituir uma taxa de juro de facilidade permanente de absorção de liquidez com maturidade de sete dias, fixando-a em 1,75%.

O BNA tem promovido a “desdolarização” da economia desde 2011, tendo implementado em Outubro de 2013 a última fase da nova lei cambial, que obriga as empresas petrolíferas a efectuar o pagamento a fornecedores não-residentes através de bancos nacionais. Essa tendência de desdolarização foi, no entanto, interrompida em 2015, reflectindo naturalmente a forte desvalorização do kwanza, com o crédito e os depósitos em moeda estrangeira, em termos

agregados, a manterem sensivelmente inalterado o seu peso no total do crédito e dos depósitos, com a redução do peso do dólar que continuou a observar-se em 2015 nos depósitos a ser contrariada pelo aumento do peso do dólar nos créditos. O crédito em moeda estrangeira ao sector privado não financeiro representava cerca de 28% do total do crédito no final de 2015, acima dos 25% observados no final de 2014, mas mantendo-se ainda abaixo dos 36% registados no final de 2013. Já os depósitos em moeda estrangeira representavam, no final de 2015, 15% do total dos depósitos, abaixo dos 19% e 21% observados, respectivamente, no final de 2014 e 2013. Em termos agregados, o montante global de créditos (ao sector privado) e de depósitos em moeda estrangeira representava no final de 2015 20% do total, sensivelmente o mesmo que no final de 2014 (21%), mas muito abaixo dos 27% do final de 2013.

No mercado cambial, a cotação oficial do kwanza deslizou 1,9% face ao dólar em 2014 (-1,2% em 2013), depreciação que continuou a observar-se e se intensificou ao longo de 2015 – e que foi visível em todos os mercados, especialmente no informal –, dando continuidade à tendência que dura desde o início do milénio, com o kwanza a terminar o ano a apresentar uma depreciação média anual de 22,1% (-31,5%, quando comparada a cotação de fecho de 2015 com a de fecho de 2014), representando a maior depreciação desde a observada em 2003 (-80,7% em termos médios e -38,6% em termos de final de período). O BNA desvalorizou o kwanza por duas vezes em 2015, uma em Junho e outra em Setembro e ambas em cerca de 6%. Entretanto, já em 2016, voltou a reduzir a cotação oficial do kwanza e de forma mais expressiva, diminuindo-a, no dia 6 de Janeiro, em cerca de 15%, para 156,39 AOA/USD, num novo esforço de reduzir o fosso entre a taxa de câmbio oficial e a taxa praticada no mercado informal. Tratou-se da terceira desvalorização da taxa oficial do kwanza em sete meses, passando a ser a maior queda pontual da moeda angolana em mais de uma década. O BNA espera que a redução das disparidades das cotações da moeda doméstica em ambos os mercados ajude a reduzir a actividade no mercado informal. A mudança de ano parece, assim, ter trazido uma ainda maior abertura do BNA à desvalorização do kwanza. Note-se que, no âmbito da estratégia do Governo para a saída da crise, aprovada em 27/01/2016, são dadas indicações para que o mercado cambial se torne flexível, fazendo com que a taxa de câmbio do país passe a ser, de facto, flutuante, permitindo que a taxa em vigor em qualquer momento seja uma taxa de equilíbrio.

Ao nível da moeda e do crédito, o stock de crédito ao sector privado da economia (exclui crédito à Administração Central) cifrava-se no final de 2015, nos 3 462 mil milhões de kwanzas, representando um acréscimo de 17,5% face ao final de 2014 (2 947 mil milhões de kwanzas). Isto depois de ter crescido 0,7% em 2014, já em forte abrandamento face aos acréscimos observados em 2013 e 2012 (+10,5% e +23,9%, respectivamente). Por sua vez, o agregado monetário M3 ascendia no final de 2015 a 5 706 mil milhões de kwanzas, o que representava uma expansão de 11,7% face ao período homólogo (5 110 mil milhões de kwanzas), depois de ter expandido 16,2% em 2014, 13,2% em 2013 e 4,9% em 2012.

Relativamente à política orçamental, perante a descida significativa dos preços do petróleo observada desde meados de 2014, atingindo o Brent, no início de 2015, níveis perto dos 45 dólares/barril, o Governo apresentou um Orçamento de Estado rectificativo para 2015 (OER 2015), aprovado pelo Parlamento a 19 de Março desse ano e no qual o Governo apontou para um agravamento do défice orçamental dos 3,1% então estimados para 2014 e para um défice de 7,0% em 2015 (-7,6% no OE 2015). Entretanto, já no OE 2016, aprovado pelo Parlamento em 12 de Dezembro de 2015, o Governo veio estimar um défice inferior para 2015. Segundo refere o Executivo no documento, os desenvolvimentos orçamentais de 2015, que se traduzem na expectativa da emergência de um défice orçamental global anual em cerca de 4,2% do PIB, reflectem uma melhoria de 2,8 p.p. do PIB face ao défice anteriormente previsto, no âmbito do OER 2015. As projecções para 2015 constantes do OE 2016 apontam para que a despesa pública registe uma queda de 21,6% face ao nível de despesa executada em 2014, devendo ter atingido em 2015 um montante de 3 776,2 milhões de kwanzas. A despesa corrente foi estimada em 2 639,7 mil milhões de kwanzas, representando 20,7% do PIB, enquanto a despesa de capital foi

estimada situar-se em 1 136,5 mil milhões de kwanzas, correspondendo, segundo as estimativas do Governo, a 8% do PIB. O ano de 2015 foi marcado pela continuação da execução da estratégia de reforma dos subsídios aos combustíveis, em razão do elevado grau de subsídio económica global que a economia apresentava na ordem dos 5% do PIB. Relativamente à receita, as contas do fisco assinalam uma queda anual da receita fiscal em 2015 estimada de 26,4%, face ao ano de 2014. O Governo estima que a receita total se tenha cifrado em 3 240,7 mil milhões de kwanzas (25,4% do PIB), um valor acima do previsto no OER 2015, graças, designadamente, aos esforços adicionais na arrecadação de receitas fiscais não petrolíferas. De facto, enquanto o Governo projecta uma queda anual da receita petrolífera na ordem de 40,3%, cifrando-se em 1 616,3 mil milhões de kwanzas (12,7% do PIB), a receita não-petrolífera deverá registar um importante aumento de 13,8%, representando cerca de 12,7%.

Segundo o FMI, ter-se-á registado um défice orçamental de 0,3% do PIB em 2013, quando tinha sido orçamentado um défice de 3,7%, com este melhor desempenho a beneficiar das receitas do petróleo e das despesas abaixo do estipulado. Refira-se, em todo o caso, que o valor do saldo estimado para 2013 pelo FMI diverge consideravelmente das estimativas do Governo (+0,3%) – note-se que, não raras vezes, se assiste a não existir conformidade/convergência entre as estimativas do Governo e, por exemplo, as do FMI. Para 2014, o FMI estima um forte agravamento do défice orçamental para 6,4%, prevendo um desagravamento do défice em 2015, para 3,5% (-4,2% segundo as estimativas do Governo no OE 2016). O FMI prevê a manutenção de um gradual alívio da situação orçamental a partir de 2016 (ao contrário do Governo, que prevê um agravamento para -5,5%), devendo deixar de ser deficitária perto do final do período de previsão (FMI prevê 0,0% em 2019 e +0,5% em 2020).

Mercados Financeiros

O ano de 2015 foi marcado por três tendências: uma melhoria do sentimento até meados de Julho, seguida de uma degradação até final do verão e depois por alguma recuperação até final do ano, que, no caso de alguns índices de acções, não foi suficiente para registar subidas anuais.

O sentimento de mercado, tendencialmente positivo, que se observou ao longo da primeira metade de 2015 (sensivelmente até meados de Julho), foi, em grande parte, influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da política monetária, nomeadamente o início do programa alargado de compra de activos, através de uma política de quantitative easing (QE), que foi anunciada pelo BCE na histórica reunião de 22 de Janeiro, tendo o target de compras mensais sido fixado nos 60 mil milhões de euros, ficando acima das então expectativas de mercado (cerca de 50 mil milhões de euros). Por sua vez, o Banco Popular da China (PBoC) decidiu tornar a sua política monetária mais acomodatória ao cortar a taxa de reservas obrigatórias, por duas vezes ao longo do 1.º semestre, acabando em 18,50% (20,00% no final de 2014), e cortando a taxa de juro de referência para os empréstimos e depósitos por três vezes, terminando o primeiro semestre, respectivamente, nos 4,85% e 2,00% (face a 5,60% e 2,75% no final de 2014).

O verão de 2015 trouxe uma alteração no sentimento de mercado, que foi penalizado por diversos factores. O principal determinante do desempenho dos mercados financeiros esteve relacionado com os receios em relação à China, de eventuais bolhas no imobiliário e no mercado de acções e de que as autoridades chinesas não consigam evitar um maior abrandamento económico do país. O PBoC cortou, durante o terceiro trimestre, a taxa de referência diária do yuan por três vezes (semana de 10 a 14 de Agosto) e baixou as taxas de juro, bem como o rácio de reservas obrigatórias dos bancos, no sentido de acalmar os mercados. Os investidores também se mostraram receosos dos potenciais efeitos negativos, sobre a economia dos EUA, do abrandamento chinês e do dólar forte, bem como na economia da Zona Euro. A penalizar o sentimento, estiveram também os problemas dos refugiados na Europa, que se foram intensificando perante uma Europa dividida e que levaram a que diversos países tenham suspenso o acordo de Schengen. No final do terceiro trimestre, surgiu o escândalo da Volkswagen, que assumiu que cometeu infracções relativamente aos testes de poluição nos EUA nos carros, receando-se que outros fabricantes tenham cometido idêntica infracção, entretanto já confirmado para diversas marcas. Por último, refira-se o facto de a agência Standard & Poor's ter colocado o rating da dívida soberana do Brasil no nível especulativo, sendo que a intensificação da recessão do Brasil acabou por ser ampliada pela perda de credibilidade dos decisores políticos, com reflexo nas fugas de capitais e na perda do valor do real, levando o banco central a subir as taxas até Julho, mesmo num contexto recessivo.

A suportar o sentimento durante a segunda metade do ano estiveram os seguintes eventos: i) a aprovação pelo Parlamento Europeu do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como "Plano Juncker", que pretende mobilizar 315 mil milhões de euros de investimento público e privado no triénio 2015-2017; ii) a China Securities Finance Corp, que reuniu entre 370 e 444 mil milhões de yuans para suportar os mercados accionistas; iii) a instabilidade durante o verão levou a Fed a adiar a sua primeira subida de taxas desde 2006, que inicialmente estava programada para Setembro, acabando por efectuar essa subida apenas em 16 de Dezembro; iv) o BCE manteve as suas principais taxas de juro, continuando a mostrar-se optimista com o seu programa de QE e reforçando a possibilidade do seu reforço em caso de necessidade, como acabou por suceder na última reunião do ano; v) o Banco de Inglaterra manteve a sua política ao longo de todo o ano de 2015, adiando, assim, a primeira subida de taxas desde a crise, que, no início do ano de 2015, estava a ser antecipada para ocorrer nesse ano. Os mercados aplaudiram as respostas das diversas autoridades (através da subida dos preços dos activos com

risco), nomeadamente os cortes de taxas e as injeções de liquidez por parte do PBoC, embora continuando a reear a sua insuficiência.

Na recta final do ano, como referido, assistiu-se a alguma melhoria do sentimento dos mercados, suportados por um conjunto de eventos: i) o PBoC voltou a reduzir as taxas de juro e reservas obrigatórias, descendo no total do ano as taxas de juro em 125 p.b. e o rácio das reservas obrigatórias em 250 p.b.; ii) a época de resultados das empresas dos EUA, relativa ao 3.º trimestre de 2015, foi mais favorável que a do 2.º trimestre e que a mediana trimestral do pós crise 2008/09; iii) BCE publicou um estudo (3 de Novembro), em que defendeu o efeito virtuoso do programa de estímulo económico para os particulares e empresas na região, abrindo caminho para a extensão do programa um mês depois (em Dezembro). Já a condicionar o sentimento no final do ano (efeito que continua a fazer sentir-se no início de 2016) estiveram os receios relativamente à performance dos países em desenvolvimento produtores de commodities, com a queda dos preços a ter impacto nas suas economias (destacando-se, pela sua dimensão, as recessões antecipadas para o Brasil e Rússia em 2015/16, levando a Goldman Sachs a fundir o seu fundo de investimento dos BRIC com o fundo dos mercados emergentes, muito por culpa dos referidos dois países), bem como nas suas finanças públicas e contas externas, traduzindo-se em movimentos de depreciação das suas moedas face ao dólar (que além do mais foi beneficiando com a perspectivas de subidas de taxas por parte da Fed). Por outro lado, a descida dos preços do petróleo impactou nas contas das grandes petrolíferas internacionais e no mercado de shale oil dos EUA, já que os baixos preços do petróleo tornaram diversos campos economicamente ineficientes, havendo uma redução da produção ao longo da 2.ª metade do ano e o cancelamento de vários projectos de investimento, penalizando, assim, não só na indústria extractiva americana, como também a indústria transformadora, pelo que a produção industrial fechou o último trimestre de 2015 no vermelho, contribuindo para que o PIB dos EUA tenha crescido abaixo do potencial de crescimento e levando a que os investidores ficassem mais pessimistas relativamente à performance da economia dos EUA, revendo em baixa o crescimento de 2015/16.

Em termos de movimentos nos principais mercados financeiros, no conjunto de 2015, observaram-se movimentos mistos nos principais índices accionistas mundiais, designadamente nos EUA, onde o principal índice atingiu máximos históricos durante o ano, mas fechou com perdas (S&P 500: -0,7%), e com o comportamento a ser tendencialmente positivo na Europa (Eurostoxx 50: +3,9%; PSI-20: +10,7%), misto na Ásia (subidas no Japão e na China, mas descidas na Índia e em Hong-Kong) e negativo na América Latina.

As yields da dívida pública de referência observaram movimentos mistos na Alemanha e ascendentes nos EUA. As yields da dívida alemã registaram uma descida no curto prazo (dois anos: -25 p.b.), resultante de um novo corte da taxa de facilidade permanente de depósitos do BCE e da presença do BCE nos mercados – em concreto, através da compra de activos no âmbito do programa de QE –, mas subiram no longo prazo (10 anos: +9 p.b.), em resultado, nomeadamente, dos efeitos no médio prazo das políticas actualmente seguidas pelo BCE e da subida das yields americanas, que concorrem com as alemãs na captura de investimentos direccionados a perfis de risco baixos. Além disso, os investidores terão percepcionado que as yields se encontravam em níveis excessivamente baixos face ao fair value. Nos EUA, o movimento de subida das yields em relação ao final de 2014 (+38 p.b. nos dois anos e de +10 p.b. nos dez anos) resultou sobretudo das expectativas (consubstanciadas em 16 de Dezembro) de subida de taxas por parte da Fed, no quadro de uma continuação do crescimento económico e de redução da taxa de desemprego para novos mínimos de ciclo.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas Euribor registaram mínimos históricos em todos os prazos, reflectindo as descidas nas expectativas de taxas de juro overnight (medidas pelos swaps sobre as taxas EONIA), bem como do prémio

de risco no MMI europeu (medido pelo OIS spread), tendo terminado negativas nos três e seis meses. As taxas Euribor nos prazos de 3, 6 e 12 meses desceram em 2015, 6 p.b., 5 p.b. e 5 p.b., para, respectivamente, -1,131%, -0,040% e 0,060%.

Os spreads da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro face aos bunds desceram em 2015 (com a maior redução nos 10 anos a ser observada pela Grécia: -155 p.b., tendo a excepção sido Espanha). O spread a 10 anos da Grécia fez, durante o ano (em Novembro), mínimos desde Dezembro de 2014, depois de terem estado penalizados durante o verão pela incerteza relativamente ao alcance de um acordo para um terceiro resgate (que acabou por ser conseguido). Os spreads de Espanha, Itália e Portugal registaram, durante a primavera de 2015, mínimos desde Abril de 2010, com a Irlanda a fazer, no mês de Maio, mínimos desde Setembro de 2008. Estes movimentos favoráveis terão resultado sobretudo do acordo entre a Grécia e os credores internacionais para o terceiro resgate, mas também da postura expansionista do BCE. Espanha, não obstante ter apresentado o melhor desempenho económico, viu os spreads subirem 7 p.b., face ao bunds, em 2015, face ao final de 2014, para 114 p.b., em resultado da instabilidade política, resultante da demora para a constituição de Governo e dos receios de balcanização da Espanha, na sequência de uma eventual independência da Catalunha. Assim, ao longo do ano de 2015, os spreads a 10 anos da Grécia, Itália, Irlanda e Portugal caíram, respectivamente, em 155 p.b., 38 p.b., 30 p.b. e 26 p.b. no prazo de 10 anos, para, respectivamente, 766 p.b. na Grécia, 97 p.b. em Itália, 61 p.b. na Irlanda e 189 p.b. em Portugal. As yields a 10 e a dois anos de Espanha, Itália, Irlanda, Portugal e Alemanha fizeram mínimos históricos durante o ano de 2015. Em concreto, as yields da dívida portuguesa a 10 anos desceram dos 2,687% observados no final de 2014 para 2,516% no final de 2015, tendo em meados de Março feito um mínimo histórico de 1,560%.

Os spreads de crédito da dívida privada observaram movimentos ascendentes, sobretudo nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado spot. Também nos índices de CDS (Credit Default Swaps) o comportamento anual acabou por ser maioritariamente ascendente, reflectindo a revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico global, os receios em relação à situação da Grécia e da China e o aumento do risco geopolítico no Leste da Europa e no Médio Oriente. Este alargamento dos spreads corporate coexistiu, todavia, com uma subida anual na maioria das acções na Zona Euro e de um alívio na pressão dos mercados sobre os países periféricos. O índice Itraxx (cinco anos), referência para a Zona Euro de CDS na classe de Investment Grade – cuja liquidez é muito superior à do mercado spot e, por isso, constitui o benchmark do mercado de crédito –, subiu 13 p.b. no ano, para 77 p.b., ficando mais longe dos mínimos desde Outubro de 2007 (48 p.b.) observados em Fevereiro, tendo, perto do final de 2015, atingido máximos desde Janeiro de 2014. Por seu lado, o Itraxx Financials (o mais exposto à crise da dívida soberana) observou uma subida de 9 p.b., fechando o ano em 77 p.b., abaixo do índice Itraxx (cinco anos), algo que não tem sido a tendência dos últimos anos, mas que era a situação habitual antes da crise, sendo que o facto de nos últimos anos ter estado normalmente acima reflectiu a situação difícil da banca europeia desde o início da crise da dívida soberana.

No mercado cambial, registou-se uma depreciação do euro face ao dólar, ao iene e à libra, tendo a taxa de câmbio efectiva nominal do euro diminuído 5,6%, reflectindo, essencialmente, o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE.

As commodities apresentaram quedas em todas as classes, especialmente intensas na energia (-31,5%, destacando-se a descida de 35% do Brent), em resultado de um crescimento económico mundial aquém do que era esperado no início de 2015, das perspectivas de retirada das sanções ao Irão (entretanto confirmada) e do aumento da oferta, nomeadamente em resultado da produção de petróleo nos EUA (shale oil).

Governo Societário

Principais Accionistas

- Montepio Holding S.G.P.S., S.A.
- Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares
- Carlos Maria da Silva Feijó
- João Avelino Augusto Manuel
- Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.
- Francisco Simão Júnior
- Dumilde das Chagas Simões Rangel

Principais Órgãos de Governo e Competências

Assembleia Geral

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade;
- Eleger, quando for caso disso, os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Geral, da Comissão de Remunerações e o Secretario Societário;
- Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade, que sejam expressamente indicados na convocatória.
- Alteração dos estatutos, fusão, cisão, transformação, emissão de obrigações e dissolução;
- Aprovação da redução ou aumento do capital social da sociedade;
- Aprovação de quaisquer propostas, negociações ou contratos nos quais a sociedade possa efectuar quaisquer actividades negociais no exterior de Angola.

Conselho de Administração

- Definir as políticas gerais da Sociedade e os planos e orçamentos anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução;
- Estabelecer a organização interna da Sociedade e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades da Sociedade, praticando todos os actos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresa;
- Contratar e despedir empregados e prestadores de serviços;
- Constituir mandatários para a prática de determinados actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivos de algum administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, durando o mandato dos cooptados até ao termo do período para o qual o substituído tenha sido eleito, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

Comissão Executiva

- A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente da Sociedade.
- As competências da Comissão Executiva serão fixadas pelo Conselho de Administração, que nela delegará todas as competências cuja inclusão não está vedada por lei.
- O Conselho de Administração poderá autorizar a Comissão Executiva a encarregar um ou mais dos seus membros de se ocuparem de certas matérias e a delegar em um ou mais dos seus membros o exercício de alguns dos poderes que lhe sejam delegados.
- O Presidente da Comissão Executiva, que terá voto de qualidade, deve:
 - Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à actividade e às deliberações da Comissão Executiva;
 - Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.
 - Coordenar as actividades da Comissão Executiva, dirigindo as respectivas reuniões e velando pela execução das deliberações.

Conselho Geral

- O Conselho Geral tem funções consultivas, cabendo-lhe emitir pareceres sobre as matérias que lhe forem indicadas por qualquer órgão da sociedade e designadamente sobre as seguintes:
 - Orientação estratégica da Sociedade e linhas de orientação relativas aos planos plurianuais de acção e suas actualizações;
 - Aquisição e alienação de participações sociais;
 - Projectos de expansão internacional.
- O Conselho Geral deve elaborar anualmente um relatório da sua actividade, com indicação da matéria dos pareceres dados, respectivas conclusões e votos que os aprovaram, a ser apreciado na Assembleia Geral que se pronunciar sobre o relatório e contas de exercício.

Conselho Fiscal

- Ao Conselho Fiscal compete a fiscalização da sociedade.

Comissão de Remunerações

- À comissão de remunerações compete apresentar e propor aos accionistas os princípios da política de remunerações dos órgãos sociais e de fixar as respectivas remunerações anuais, incluindo os respectivos complementos.

Composição dos Órgãos de Governo

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	João Baptista de Matos
Vice-Presidente	António Pedro de Sá Alvez Sameiro
Secretário	Sabino Pereira Ferraz

Conselho de Administração

Presidente	José Félix Morgado *
Administradores	António Francisco de Araújo Pontes
	Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
	João Filipe Milhinhos Roque **
	Ana Lúcia Louro Palhares
	Tereza de Jesus Teixeira Barbosa Amado
	João Carlos Martins da Cunha Neves

* Eleito em 20 de Novembro de 2015, em substituição do ex-Presidente António Tomás Correia que havia renunciado ao cargo com efeitos na mesma data.

** Cooptado em 19 de Outubro de 2015, com ratificação em a 20 de Novembro de 2015, em substituição de Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida que havia renunciado ao cargo a 30 de Setembro de 2015.

Comissão Executiva

Presidente	António Francisco de Araújo Pontes
Vogais	Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
	João Filipe Milhinhos Roque

Conselho Fiscal

Presidente	Dina Maria Leote de Oliveira
Vogais Efectivos	Carla Maria Lobo da Fonseca
	Licínio Manuel Menezes de Assis

Conselho Geral

Conselheiro Presidente	Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares
Conselheiro	João Baptista de Matos
	Carlos Maria da Silva Feijó
	António Tomás Correia
	João Avelino Augusto Manuel
	José Félix Morgado
	Dina Maria Leote de Oliveira
	António Francisco de Araújo Pontes

Comissão de Remunerações

Montepio Holding S.G.P.S., S.A., representado por José Félix Morgado
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares

Secretário Societário

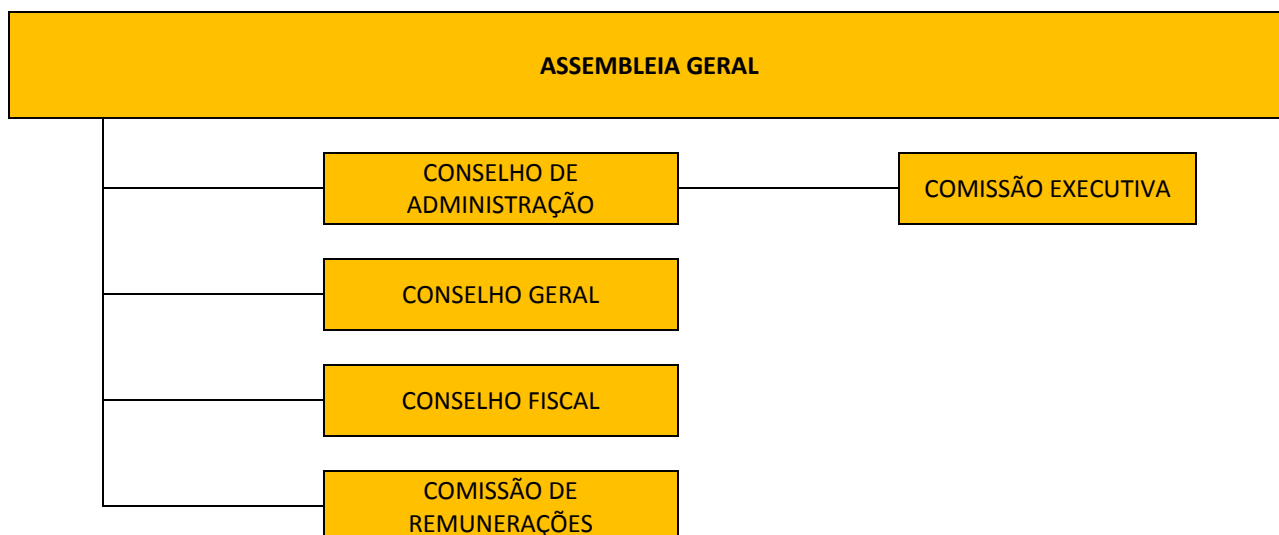
Joaquim Faria Briote

Organograma / Estrutura Funcional

O modelo de Governação Corporativa instituído no Finibanco assenta em princípios orientadores que correspondem aos requisitos definidos pelo Banco Nacional de Angola e está alinhado com o seu principal accionista Montepio Holding, uma vez que, por integrar o Grupo Montepio, o Finibanco está sujeito às regras de supervisão consolidada.

Em 30 de Abril de 2013 realizou-se a Assembleia Geral de Accionistas que elegeu, para o triénio de 2013 – 2015, os novos elementos para os Órgãos Sociais, bem como a definição da respectiva estrutura de Governo.

Com o objectivo de instituir no Finibanco uma política adequada à sua natureza, dimensão, complexidade e situação económica, consistente com os objectivos, valores, interesses e solvabilidade no longo prazo, os Órgãos de Gestão do Finibanco Angola, S.A. apresentam-se distribuídos do seguinte modo:



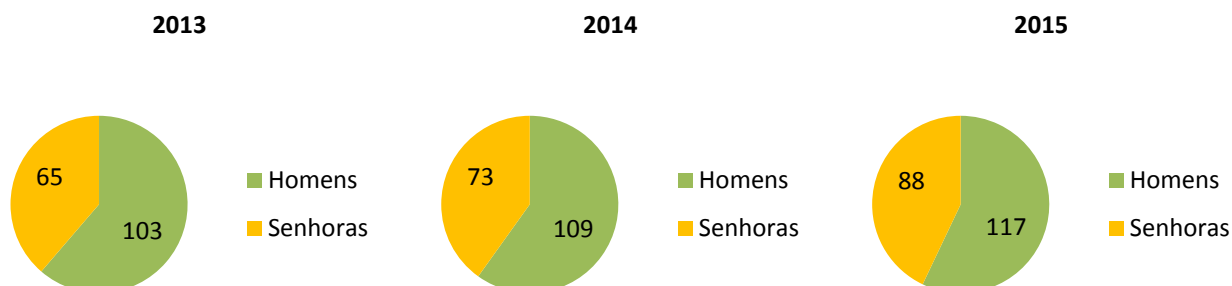
Recursos Humanos, Canais de Distribuição e Outros Meios

Recursos Humanos

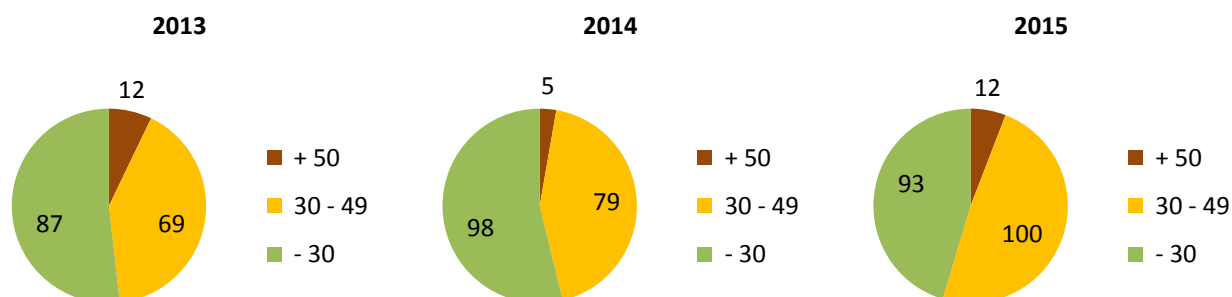
Dando continuidade aos compromissos assumidos desde o início da actividade, o Finibanco continuou a reforçar o seu quadro de pessoal com a admissão de jovens angolanos recém-licenciados, bem como o apetrechamento das suas principais unidades de negócio com elementos de comprovada experiência e conhecimentos da actividade bancária, de forma sustentada a permitir alavancar a formação das equipas comerciais (Rede de Retalho e Centros de Empresas).

	2013	2014	2015
Ensino Básico	4	5	5
Ensino Médio	50	43	48
Frequência Universit./Bach.	103	99	101
Licenciaturas e Mestrados	7	35	51

A distribuição por género nos últimos 3 anos apresenta-se do seguinte modo:



A estrutura etária nos últimos 3 anos apresenta-se do seguinte modo:



A antiguidade dos quadros no Finibanco apresenta-se do seguinte modo:

Antiguidade dos Quadros	2013	2014	2015
Mais de 5 anos	21	31	50
1 a 4 anos	106	113	125
Menos de 1 ano	41	38	30

Relativamente aos apoios de saúde, o Finibanco proporciona um seguro de saúde a cada colaborador e participação em 60% no prémio de saúde dos filhos dos colaboradores.

No quadro de apoios aos colaboradores, o Banco proporciona ainda aos seus colaboradores facilidades de financiamento a taxas preferenciais, de modo a apoiar o desenvolvimento de todos os colaboradores nas suas necessidades pessoais e familiares, tendo sido atribuídos os seguintes montantes nos últimos 3 exercícios económicos:

Tipo de Financiamento	2013	2014	2015
Consumo	80.953.710	99.706.072	94.452.687
Habitação	135.395.047	152.060.641	177.017.830
Construção	34.803.903	32.247.100	30.316.778
Investimento	7.484.953	7.679.916	9.820.676
Outros	584.808	5.219.304	5.386.751
TOTAL	259.222.422	296.913.033	316.994.722

Formação

O Finibanco no âmbito da sua estratégia de recursos humanos tem implementado esforços na formação contínua dos seus quadros nas várias áreas da sua actividade bancária, confirmando a Academia de S. Paulo como pólo de excelência para as acções de formação interna.

	2013	2014	2015
Nº Participantes	159	91	165
Total de horas	131	1.306	41.089

Durante o ano de 2015, foram desenvolvidas acções que abrangeram todo o universo do Banco, sendo abordados temas muito relevantes ao nível de:

- Projecto de formação transversal em toda a área comercial e suas componentes
- Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo
- Reestruturação e recuperação de crédito
- Análise de Risco de Crédito
- Liderança e Motivação
- Normas internacionais de contabilidade e relato financeiro (IAS/IFRS)

Canais de Distribuição

Em 31 de Dezembro 2015, o Finibanco apresenta uma rede de 21 pontos de venda, sendo 17 balcões na Rede de Retalho e 4 Centros de Empresas. O crescimento evidenciado em 2015 com mais 2 balcões e 1 centro de empresas será para continuar em 2016, onde se espera a abertura de novos balcões em Luanda.

É intenção do Banco continuar a apoiar a economia Nacional com o aumento da rede de agência pelas províncias onde é fundamental continuar o esforço de bancarização.

O Banco registou um crescimento do número de clientes em 2015 de 20% face ao ano anterior, o que representa uma captação de 5.488 novos clientes.

Número de Clientes	2015	2014	Var.
Rede de Retalho	32.337	27.091	19%
Centros de Empresas	821	579	42%
TOTAL	33.158	27.670	20%

O maior crescimento deu-se nos Centros de Empresas com mais 42% face a 2014. O desempenho da rede de retalho verificou-se igualmente positivo com um crescimento de 19%. A rede comercial foi de encontro aos objectivos globais do Banco com um crescimento do número de clientes.

O aumento do número de clientes e volume de negócios reflectiu-se a vários níveis, com os cartões multicaixa activos a reduzirem cerca de 1% em 2015, passando de 11.840 em 2014 para 11.715 em 2015, esta situação deveu-se a um trabalho específico realizado em 2015 de anulação de cartões em clientes inactivos, trabalho que ainda perdurará no exercício 2016, por conseguinte, a taxa de penetração reduziu em 7,3 p.p. para 36%. Apesar desta redução a estratégia do Banco passa por aumentar a taxa de penetração e prevê-se que ao longo do exercício 2016 os novos clientes venham a adquirir este produto. O número de transacções aumentou 33% e o montante transaccionado cresceu 42%, o aumento do valor transaccionado ao crescer mais que o número de transacções dá-nos um indicador positivo de crescimento do montante médio transaccionado de 11.277 AOA em 2014 para 12.040 AOA em 2015.

Cartões Multicaixa Emitidos	2015	2014	Var.
Cartões Multicaixa activos	11.715	11.840	-1%
Percentagem de adesão	36%	43%	-7,3 p.p.
Número de transacções	1.046.522	788.532	33%
Valor das transacções (milhares AOA)	12.600.059	8.892.000	42%

Os acessos *online* no Fininet, continuam a ser um desafio para o futuro do Banco, apesar de ter existido um crescimento satisfatório em 24%, a taxa de penetração apenas aumentou 0,6 p.p. para 14,9% e as adesões nos novos clientes de 2015 foram apenas de 17,6%. É intenção do Finibanco melhorar os indicadores associados a este canal por via de uma melhor informação das facilidades aos clientes e desenvolvimento do site e suas funcionalidades. Trata-se de um canal que ainda tem muito potencial de crescimento.

Contratos Homebanking	2015	2014	Var.
Contratos Fininet	4.902	3.938	24%
Percentagem de adesão	14,9%	14,2%	+ 0,6 p.p.

O aumento do número de balcões, juntamente com a maior afluência de clientes nos balcões existentes, levou à necessidade de aumento da rede de ATM's disponível, pelo que, foram instaladas mais 7 máquinas, levando a um crescimento dos valores dispensados em 1%.

Máquinas ATM em serviço	2015	2014	Var.
ATM's activas	42	35	20%
Valores dispensados (milhares AOA)	14.451.866	14.305.468	1%

O número de TPA's (Terminais de Pagamento Automático) do Finibanco tiveram uma ligeira redução por via de um trabalho efectuado neste exercício de revisão de todos os TPA's atribuídos e activos. Contudo, verificámos um crescimento do número de transacções de 29%, apesar do valor global das transacções efectuadas ter tido um crescimento de apenas 1%, logo, o valor médio por transacção reduziu de 18.384 AOA em 2014 para 14.407 AOA em 2015.

TPA's em serviço	2015	2014	Var.
TPA's activos	402	407	-1%
Número de transacções	786.319	607.440	29%
Valor das transacções	11.328.657	11.167.000	1%

Gestão dos Riscos

Nos termos das disposições da Lei de Bases das Instituições Financeiras, da regulamentação do Banco Nacional de Angola, bem como da Lei das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração do Finibanco procede ao controlo e avaliação de todo o sistema de controlo de Gestão dos Riscos, e em particular ao desempenho da Comissão Executiva e à monitorização dos aspectos que envolvam a gestão financeira dos activos e passivos, a liquidez, o risco cambial e do capital prudencial, a estratégia de negócio, a estrutura orgânica e funcional, o cumprimento da divulgação da informação legal ou estatutariamente prevista e na análise prévia de operações relevantes em função do seu montante, o risco associado ou características especiais, pautando-se por:

- Garantir que os membros executivos realizam a gestão diária corrente de forma sã, prudente e efectiva;
- Fornecer uma opinião independente no processo de decisão;
- Participar na definição e monitorização da estratégia de negócio;
- Analisar e debater os relatórios produzidos pelas funções chave do sistema de controlo interno, ou seja, auditoria interna, compliance e gestão do risco; e
- Supervisionar o processo de divulgação da informação contabilística e de gestão.

A gestão dos riscos conta com o apoio de vários comités onde participam as diversas direcções do banco para a monitorização e acompanhamento dos riscos. A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através do Gabinete de Gestão de Riscos, da Direcção de Auditoria e Controlo Interno e do Gabinete de Compliance.

Tendo presente os princípios de governação corporativa sólida, o Conselho de Administração do Banco delega num Administrador não integrante da Comissão Executiva as funções de acompanhamento do sistema de controlo interno e de gestão e controlo do risco, nos termos das disposições constantes na Lei de Bases das Instituições Financeiras e da regulamentação do Banco Nacional de Angola.

Este acompanhamento é consubstanciado através do Comité de Controlo Interno e do Comité de Gestão de Riscos e de Activos e Passivos que integram membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, bem como outros responsáveis abrangidos pelo sistema de controlo interno, em função do respectivo âmbito de intervenção de cada um destes.

Comité de Controlo Interno

O âmbito de intervenção deste comité é o de apoiar e aconselhar o Conselho de Administração nas matérias relativas ao sistema de controlo interno, de modo a assegurar:

- A continuidade do negócio através da eficiente afectação dos recursos e execução das operações, do controlo dos riscos, da prudente avaliação de activos e responsabilidades, e da segurança e controlo de acessos nos sistemas de informação e comunicação; e
- O cumprimento das disposições legais, das directrizes internas e das regras deontológicas e de conduta no relacionamento com os clientes, as contrapartes das operações, os accionistas e os supervisores.

Comité de Gestão de Riscos e de Activos e Passivos

O âmbito de intervenção deste comité é o de Acompanhar a gestão do Capital, do Balanço e da Demonstração de Resultados assegurando:

- A existência de informação, contabilística e de gestão, de natureza financeira e não financeira, completa, fiável e tempestiva, que suporte a tomada de decisão e os processos de controlo; e
- Numa óptica de grupo financeiro, a efectiva supervisão da actividade das filiais, independentemente da sua natureza, dimensão, complexidade e território de localização, incluindo os riscos específicos de cada uma.

Principais Tipos de Risco

Crédito

O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado

O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Taxa de Juro

O risco taxa de juro é entendido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, com alterações das taxas de juro do mercado, ou potenciais desequilíbrios nas taxas de juro dos activos e passivos do balanço.

Cambial

O risco cambial é entendido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio de activos da carteira do Banco, provocados por alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão para a moeda nacional.

Liquidez

O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional

Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Legal/Compliance

O risco legal entende-se como o potencial prejuízo financeiro ou reputacional que pode resultar para o Finibanco do não cumprimento das normas, leis e regulamentos emanados das autoridades tutelares e de supervisão, bem como do não cumprimento de contratos, acordos e/ou parcerias celebrados com clientes e outras entidades.

Risco de Contingência

O risco de contingência traduz a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de situações de emergência e perturbação da ordem pública, quer sejam decorrentes por mão humana ou devido a desastres naturais.

Organização Interna

O Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pelas direcções e gabinetes que analisam e asseguram a gestão desses riscos.

O Gabinete de Gestão de Riscos, reporta hierarquicamente ao Presidente da Comissão Executiva, identifica, avalia, monitoriza, controla e presta informações sobre todos os riscos relevantes da actividade do Finibanco e o seu enquadramento nos limites superiormente definidos. É também responsável por acompanhar a adequação e eficácia do sistema de gestão dos riscos face às actividades desenvolvidas e promover as medidas necessárias à correcção das deficiências detectadas.

A Direcção de Auditoria e Controlo Interno, reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco Nacional de Angola, verificar o cumprimento e observância da legislação e normativos internos em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas e identificar as áreas de maior risco, apresentando à Comissão Executiva as suas conclusões. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

O Gabinete de Compliance, reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração, tem a competência de assegurar o controlo do risco de compliance, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura. Deverá avaliar o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas definidas pelo Conselho de Administração / Comissão Executiva e são aplicadas no âmbito das competências do Conselho de Crédito. As decisões de crédito dependem das informações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes, encontrando-se formalizados na norma de concessão de crédito e delegação de competências.

A gestão de risco de crédito no Finibanco assenta no acompanhamento sistemático da carteira de crédito, onde se avalia continuamente, se os factores de risco se mantêm consistentes com a estratégia definida.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito o Gabinete de Gestão de Riscos monitoriza mensalmente a carteira de crédito em situação irregular, avaliando igualmente a concentração de crédito.

O Banco utiliza técnicas de mitigação do risco de crédito, de modo a salvaguardar-se contra eventuais incumprimentos dos contratos estabelecidos: por um lado a obtenção de colaterais no âmbito das operações de crédito e por outro lado um acompanhamento permanente das operações em risco de incumprimento.

Risco de Mercado

Actualmente o Finibanco não possui carteira de negociação, sendo os activos financeiros detidos pelo Banco detidos até à sua maturidade. Logo que existam outros instrumentos financeiros de mercado que justifiquem outra abordagem de risco, o Conselho de Administração deliberará em conformidade.

Risco de taxa de juro

O acompanhamento do risco de taxa de juro inclui a análise da evolução das taxas de juro, a análise de gaps de repricing e a análise de spreads, entre outros aspectos, monitorizando a evolução da margem financeira face a eventuais variações. A maioria das operações da carteira de crédito do Finibanco tem um pricing com base na Luibor, e em muitas situações com um floor definido acima da taxa de cedência de fundos do BNA.

Risco Cambial

Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os gaps cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos. Diariamente é monitorizada a exposição cambial do Finibanco, tendo em conta os limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola. A gestão do risco de taxa de câmbio inclui a análise de evolução das taxas de câmbio, a análise dos activos e passivos financeiros por moeda, entre outras. O objectivo do Finibanco no que respeita ao risco de taxa de câmbio é que este seja tendencialmente zero.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente pela Área Financeira, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento por parte da Comissão Executiva. Adicionalmente, é realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola. O processo de gestão do risco de liquidez em vigor no Finibanco tem como objectivo manter um nível de disponibilidades com maturidade adequada, para fazer face as necessidades e aplicações financeiras do Banco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Finibanco está sujeito à supervisão do Banco Nacional de Angola que, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir. O Banco apesar de estar acima dos rácios mínimos exigidos faz um acompanhamento diário e mensal dos vários indicadores em função da sua pertinência.

Risco Operacional

A gestão do Risco Operacional baseia-se na análise de eventos informados ao Gabinete de Compliance, à Direcção de Auditoria e Controlo Interno e à Comissão Executiva, apresentando sugestões para proceder à melhoria dos procedimentos actuais ou à criação de novos procedimentos que colmatem as insuficiências detectadas.

Risco de Contingência

O Gabinete de Gestão de Riscos efectuará o acompanhamento dos planos de contingência que o Finibanco tem em preparação, tão logo estejam disponíveis.

Evolução das Áreas de Negócio

No seguimento da estratégia de expansão da rede comercial iniciada em 2012, o Finibanco diferencia a sua actividade entre Banca de Retalho e Banca de Empresas, desta forma, pretende-se que cada segmento possa responder de forma adequada às necessidades dos seus clientes, tornando mais eficiente a abordagem às necessidades, variantes e desafios constantes que nos são impostos.

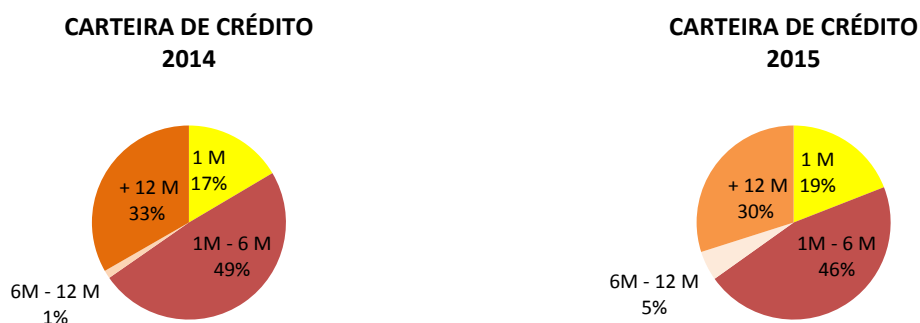
Banca de Retalho

O Finibanco no decurso do exercício de 2015 efectuou a abertura de 2 balcões, um em Luanda, zona de Camama no novo centro de produção da TPA e um segundo balcão no Lubango, marcando a entrada na província da Huíla, tendo desta forma alargado a sua rede para 17 unidades da rede de retalho. De salientar que ao objectivo de aumentar a capilaridade da rede na Província de Luanda, o Finibanco tem mantido uma continua aposta nas províncias, onde se encontra presente com 4 balcões em Benguela, Huambo e Huíla.

A concessão de crédito em 2015 continuou a ser uma prioridade, no entanto não pudemos deixar de ter uma criteriosa política de análise e gestão do risco de crédito e de adequação às exigências da legislação do BNA, pelo que, não foi possível conceder o nível de crédito necessário ao crescimento que se pretendia.

Produto	2015	2014	Var.
Conta Corrente	6.355.447.780	6.317.267.153	1%
Financiamento	3.126.276.889	5.553.572.429	-44%
Rendas	2.422.547.144	3.403.265.761	-29%
Descoberto	1.428.727.076	1.526.457.798	-6%
Leasing	39.026.582	90.459.130	-57%
VISA	6.302.942	7.726.241	-18%
TOTAL	13.378.328.412	16.898.748.512	-21%

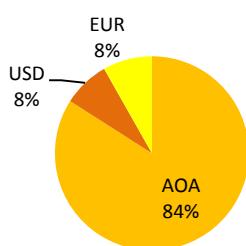
Durante o ano de 2015, verificamos que existe uma redução da carteira na área de retalho por via de operações que abateram ao activo e amortização do serviço de dívida, juntamente com a política de concessão de crédito bastante criteriosa com o nível de risco do cliente.



Em termos de maturidade das operações o ano de 2015 manteve-se em linha com o exercício de 2014. O apoio dado ao investimento e tesouraria encurtou o prazo residual da carteira de crédito em 2014, situação que se manteve em 2015, a carteira em 2014 tinha 33% do seu valor com maturidade superior a 12 meses face aos actuais 30% para o mesmo período. Em 2014 existe uma concentração de 66% da carteira entre 0 e 6 meses, face a 2015 em que apresenta uma concentração de 65% para o mesmo período.

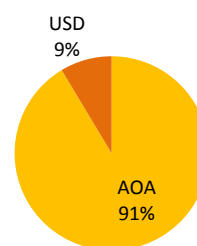
CARTEIRA DE CRÉDITO

2014



CARTEIRA DE CRÉDITO

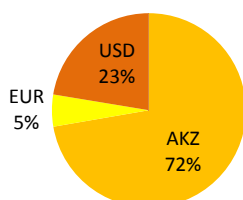
2015



O Finibanco continua a apoiar significativamente a alteração do padrão de financiamento que se verificou no passado com a passagem de financiamentos em moeda estrangeira para Kwanzas. Tal como fica evidenciado nos gráficos acima, a carteira de crédito em Kwanzas obteve um crescimento no seu peso percentual ao passar de 84% em 2014 para 91% em 2015. Ambas as moedas Euro e Dólar americano registaram uma forte redução do seu peso percentual na carteira global do Banco, levando mesmo à extinção da moeda Euro do balanço das posições de crédito.

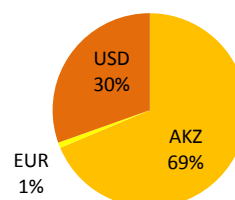
RECURSOS DE CLIENTES

2014



RECURSOS DE CLIENTES

2015



Em 2015, na área de retalho, verificamos que existiu uma redução de 9% da carteira de recursos de clientes face ao ano anterior, contudo, o peso relativo das posições em moeda estrangeira aumentou, em 2014 representavam 28% da carteira e actualmente representam 31%. A forte redução de divisas no mercado Angolano, provocou uma redução da liquidez em moeda estrangeira, tal como uma redução da moeda nacional, de modo, a obterem divisas noutros destinos. Estes movimentos, levaram a queda acentuada nos depósitos a prazo e nos depósitos à ordem, 14% e 5%, respectivamente.

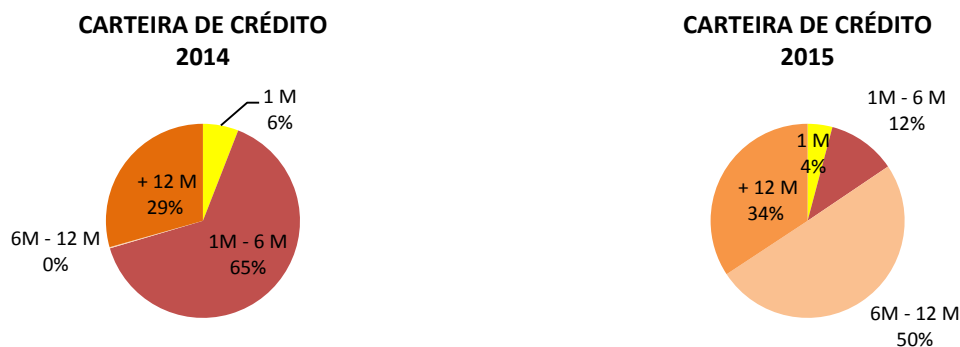
Tipo	2015	2014	Var.
DO	19.651.691.157	20.604.042.052	-5%
DP	15.539.925.643	18.042.864.883	-14%
TOTAL	35.191.616.801	38.646.906.935	-9%

Centros de Empresas

A consolidação da estrutura comercial permitiu que as grandes empresas e potenciais clientes possam ter um atendimento especializado e focado nas necessidades cada vez mais complexas das empresas no mercado Angolano. Como podemos verificar, este terceiro ano de consolidação foi muito positivo com o crescimento da carteira de crédito em 37% face a 2015.

Produto	2015	2014	Var.
Conta Corrente	4.471.644.805	12.445.095.922	-64%
Financiamento	24.163.966.303	7.170.850.904	237%
Rendas	961.853.602	1.318.419.884	-27%
Descoberto	133.597.608	763.427.368	-83%
VISA	3.379.269	704.448	380%
TOTAL	29.734.441.587	21.698.498.526	37%

Ao contrário do verificado na Rede de Retalho, houve um crescimento acentuado do produto de investimento e redução do apoio à tesouraria, +237% e -64%, respectivamente. Esta situação deveu-se a uma estratégia de passagem das operações de tesouraria de curto prazo para médio e longo prazo, de modo a apoiar as empresas nos seus crescentes desafios.

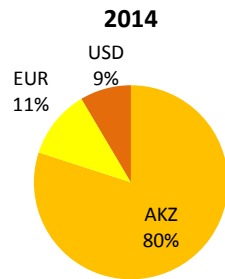


Nos Centros de Empresas a carteira de crédito teve uma evolução de maior concentração em Kwanzas, tal como seria de esperar, a política de financiamento do Banco, em linha com a legislação Angolana e indicações do regulador passa pelo quase exclusivo financiamento em Kwanzas, por conseguinte, em 2014 a exposição a moeda estrangeira era de 10%, enquanto em 2015 verificou-se uma redução do seu peso percentual para quase 0%.

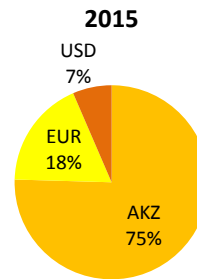


A semelhança do que já tínhamos verificado na área de Retalho, também nos Centros de Empresa se verificou um aumento do peso relativo dos recursos de clientes em moeda estrangeira face à moeda nacional e, consequentemente, menor peso do Kwanzas em carteira, ou seja, passou de 80% em 2014 para 75% em 2015.

RECURSOS DE CLIENTES



RECURSOS DE CLIENTES



Apesar das dificuldades verificadas na área de Retalho, os recursos de clientes nos Centros de Empresas obtiveram um importante crescimento, face a 2014 a carteira de recursos cresceu 27%. O maior crescimento verificou-se em depósitos à ordem (57%), por via do aumento da rede de clientes neste segmento de negócio. Apesar da pressão existente na Banca de Retalho, o reforço da relação comercial com os actuais clientes do Finibanco, muito pela consolidação desta área de negócio, levou ao reforço global dos recursos em 2015.

Tipo	2015	2014	Var.
DO	6.454.234.464	4.111.759.503	57%
DP	19.359.054.077	16.245.699.611	19%
TOTAL	25.813.288.542	20.357.459.113	27%

Análise Financeira

Análise da evolução da estrutura do Balanço

A estrutura de balanço do Finibanco Angola, SA em 2015 verificou um crescimento de 9% face a 2014. Este crescimento deveu-se a 2 factores distintos, aumento da captação de recursos e abertura de linhas de crédito em mercado monetário interbancário para fazer face a situações pontuais de liquidez. Os recursos de clientes em 2015 fixaram-se em 61.005 milhões de Kwanzas, face a 59.003 milhões de Kwanzas em 2014, permitindo, deste modo, que os excedentes de liquidez fossem diversificados entre a aquisição de títulos de dívida pública e a concessão de crédito à economia, como se pode verificar no crescimento de 54% e 9%, respectivamente. O aumento do imobilizado em 8% face a 2014, deve-se à abertura de novos balcões, pelo que, será natural um novo aumento do imobilizado nos próximos exercícios. Apesar do aumento dos financiamentos obtidos em MMI, tal deveu-se a uma situação pontual e temporária no final de 2015. Com um crescimento de 9% do crédito líquido de provisões, o Finibanco mantém uma rigorosa política de análise de risco de crédito e, adicionalmente, uma criteriosa política de reconhecimento das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2015	2014	Varição
Disponibilidades	13.129.096.184	9.913.116.260	32%
Aplicações de Liquidez	3.459.608.689	10.055.680.306	-66%
Títulos e Valores Mobiliários	20.010.445.280	12.970.109.786	54%
Crédito Líquido de Provisões	39.562.077.794	36.395.956.783	9%
Imobilizações	6.253.360.167	5.780.577.260	8%
Outros Activos	869.932.842	1.028.646.099	-15%
ACTIVO	83.284.520.955	76.144.086.493	9%
Recursos de Clientes	61.004.904.548	59.003.429.926	3%
Captações de Liquidez	5.899.044.996	2.097.932.125	181%
Outros Passivos	6.069.743.229	5.494.740.367	10%
PASSIVO	72.973.692.773	66.596.102.418	10%
CAPITAL PRÓPRIO	10.310.828.183	9.547.984.075	8%
PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	83.284.520.955	76.144.086.493	9%

Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco registou um aumento de 32% das suas Disponibilidades face a 2014, este aumento deve-se à posição em moeda estrangeira junto do correspondente que foi reforçada ao longo do ano, por via das novas entradas de moeda estrangeira oriundas dos clientes, contudo, o banco optou por não reinvestir os novos fundos, de modo a aliviar a pressão futura de necessidades desses clientes, adicionalmente, existe uma operação pendente de execução em moeda estrangeira que só ficará fechada nos primeiros dias de 2016.

	2015	2014	Varição
Caixa	1.060.955.218	1.831.753.563	-42%
Disponibilidades no Banco Central	7.548.682.090	7.795.057.608	-3%
Disponibilidades em Instituições Financeiras	4.519.458.876	286.305.089	1479%
DISPONIBILIDADES	13.129.096.184	9.913.116.260	32%

Aplicações de Liquidez

As aplicações de liquidez registaram um valor de 3.460 milhões de Kwanzas em 2015 face aos 10.055 milhões de Kwanzas em 2014. Esta redução de 66% nas aplicações de liquidez está directamente ligada à alteração de política monetária do BNA que absorveu liquidez do mercado com o aumento das reservas mínimas obrigatórias. As aplicações de liquidez dos excedentes em moeda nacional são efectuadas no mercado nacional, enquanto, os excedentes em moeda estrangeira são aplicados junto do correspondente do Finibanco, as aplicações em moeda nacional são efectuadas, preferencialmente, junto dos Bancos Comerciais, contudo, sempre que tais necessidades não se verificam o Finibanco aplica os excedentes de liquidez junto do Banco Central através de títulos com acordo de revenda e overnights.

As aplicações em MMI (Mercado Monetário Interbancário) são sempre feitas no muito curto prazo (normalmente até 3 dias), em especial através de *overnights*.

	2015	2014	Variação
Mercado Monetário Interfinanceiro	3.459.608.689	8.300.914.404	-58%
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	-	1.754.765.902	-100%
APLICAÇÕES DE LÍQUIDEZ	3.459.608.689	10.055.680.306	-66%

Títulos e Valores Mobiliários

O crescimento da carteira de títulos deu-se pela via da reavaliação da posição dos títulos indexados ao dólar americano e através da aquisição de obrigações do tesouro, igualmente, indexadas ao dólar americano por maturidades de 2 anos, 3 anos, 4 anos e 5 anos, e por aquisição de obrigações do tesouro em dólar americano com maturidade de 7 anos. De salientar, a aquisição de títulos em dólares americanos foi efectuada com a liquidez existente nas reservas mínimas obrigatórias em moeda estrangeira, visto que, os títulos adquiridos passaram a poder ser utilizados para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira. Estas aquisições permitem-nos melhorar a rentabilidade dos excedentes de liquidez face às aplicações em MMI, tal como à diversificação das aplicações efectuadas, levando-nos em 2015 a registar um valor de 20.010 milhões de Kwanzas face a 12.970 milhões de Kwanzas em 2014.

	2015	2014	Variação
Obrigações do Tesouro em AOA indexadas ao USD	17.879.888.362	12.970.109.786	38%
Obrigações do Tesouro em USD	2.130.556.918	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20.010.445.280	12.970.109.786	54%

Crédito e Provisões

O critério apertado de uma política rigorosa na concessão de crédito não limitou o crescimento sustentado em 12% da carteira de crédito do Finibanco em 2015. Mesmo com um forte aumento das provisões, devido à política prudente que a gestão impõe, o crescimento das provisões ficou acima do crescimento do crédito bruto, o que levou ao reforço de provisão global da carteira e a um aumento em 9% da carteira de crédito líquida de provisões em 2015.

	2015	2014	Variação
Crédito Bruto	43.112.769.999	38.597.141.765	12%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(3.550.692.205)	(2.201.184.981)	61%
CRÉDITO LÍQUIDO DE PROVISÕES	39.562.077.794	36.395.956.783	9%

Imobilizações

O alargamento da rede de balcões, com aquisições de imobiliário e respectivas obras, são parte significativa do crescimento de 9% do imobilizado corpóreo do Finibanco. O imobilizado incorpóreo está ligado ao crescimento estrutural do banco com a necessidade de implementação de novos projectos e alargamento das licenças de programas informáticos face ao aumento do número de colaboradores não sendo expressivo em 2015.

	2015	2014	Varição
Imobilizações Financeiras	23.729.921	23.729.921	0%
Imobilizado Corpóreo	5.721.903.663	5.257.062.012	9%
Imobilizado Incorpóreo	507.726.583	499.785.327	2%
IMOBILIZAÇÕES	6.253.360.167	5.780.577.260	8%

Recursos de Clientes

A captação de recursos de clientes continua a ser um dos principais objectivos do Finibanco, deste modo, poderemos realocar os recursos captados junto da economia angolana e remunerar correctamente os recursos existentes, tal como, iniciar uma cultura de poupança junto dos nossos clientes. A cultura de poupança começa a ser evidente com o crescimento dos depósitos a prazo em 2% para 34.899 milhões de Kwanzas em 2015 face a 34.289 milhões de Kwanzas em 2014. O aumento dos recursos à ordem é conjuntural, existindo, tendência para o excedente de recursos nas contas dos clientes passar para depósitos a prazo ou ser utilizado na actividade regular das empresas e particulares.

	2015	2014	Varição
Depósitos à Ordem	26.105.925.622	24.714.865.432	6%
Depósitos a Prazo	34.898.979.721	34.288.564.494	2%
RECURSOS DE CLIENTES	61.004.905.342	59.003.429.926	3%

Análise da evolução da Demonstração de Resultados

A evolução e crescimento do Banco permanecem constantes e reforça a sua consolidação. A implementação do Finibanco enquanto banco de referência no mercado Angolano é uma realidade presente no tecido empresarial e angolano em geral, pelo que, os resultados dessa actividade em 2015 permaneceram positivos, contudo, com um resultado líquido de -23%, passando de 1.618 milhões de Kwanzas em 2014 para 1.248 milhões de Kwanzas em 2015.

	2015	2014	Varição
Margem Financeira	3.574.427.274	3.075.851.815	16%
Resultados de Operações Cambiais	1.921.677.316	1.891.443.222	2%
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	857.369.312	1.209.006.009	-29%
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	(2.155.790.254)	(1.889.296.250)	14%
RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.197.683.648	4.287.004.796	-2%
Custos Administrativos e de Comercialização	(2.644.786.244)	(2.063.705.942)	28%
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	8.000.000	(49.730.540)	-116%
Resultados de Imobilizações Financeiras	565.220	-	-
Outros Proveitos e Custos Operacionais	(40.276.425)	(243.803.621)	-83%
OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	(2.676.497.448)	(2.357.240.102)	14%
RESULTADO OPERACIONAL	1.521.186.200	1.929.764.694	-21%
Resultado não Operacional	(73.617.511)	(80.746.912)	-9%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS	1.447.568.689	1.849.017.782	-22%
Encargos sobre o Resultado Corrente	(199.724.581)	(231.309.356)	-14%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.247.844.107	1.617.708.426	-23%

Margem Financeira

Verificamos que a margem financeira em 2015 obteve um crescimento de 16% face a 2014. O principal impacto deste crescimento deveu-se aos Proveitos de Crédito que cresceram 24%, passando de 4.031 milhões de Kwanzas em 2014 para 4.983 milhões de Kwanzas em 2015.

O aumento em 8% dos Custos dos Depósitos foi o factor de maior crescimento do lado dos custos, registando 2.374 milhões de Kwanzas em 2015 face a 2.191 milhões de Kwanzas em 2014, contudo, é importante registar em 2015 o aumento dos custos com captações de liquidez e com o empréstimo subordinado em Outras captações, que pressionaram a margem financeira para um resultado menor do potencial.

	2015	2014	Varição
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	6.415.213.576	5.563.775.032	15%
Proveitos de crédito	4.982.593.480	4.030.565.292	24%
Proveitos de aplicações de liquidez	95.664.414	302.313.592	-68%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	1.218.407.630	1.209.377.648	1%
Proveitos de instrumentos financeiros derivados	118.548.053	21.518.500	451%
Custos de Instrumentos financeiros Passivos	2.840.786.302	2.487.923.217	14%
Custos de depósitos	2.374.165.474	2.190.843.037	8%
Custos de instrumentos financeiros derivados	18.970.749	126.492.676	-85%
Custos de captações para liquidez	148.444.958	12.509.017	1087%
Custos com outras captações	299.205.121	158.078.487	89%
MARGEM FINANCEIRA	3.574.427.274	3.075.851.815	16%

Resultados de Operações Cambiais

Os resultados de operações cambiais cresceram 2% em 2014 face ao exercício anterior, apesar da forte redução em quantidade e valor das operações de estrangeiro, os resultados de reavaliação cambial compensaram essa queda, levando o resultado final em 2015 para 1.922 milhões de Kwanzas face a 1.892 milhões de Kwanzas em 2014.

Deverá ser salientado que em 2014 a mais-valia cambial em títulos de dívida pública indexada ao Dólar Americano ainda estava a ser reflectida na margem financeira, pelo que, a menos valia registada em reavaliação cambial é anulada.

	2015	2014	Varição
Resultados de Operações Cambiais	431.144.112	2.227.400.299	-81%
Resultados de Reavaliação Cambial	1.490.533.204	(335.957.077)	544%
RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	1.921.677.316	1.891.443.222	2%

Resultados de Prestação de Serviços Financeiros

Os resultados de prestação de serviços financeiros reduziram em 2015 para 857 milhões de Kwanzas face a 1.209 milhões de Kwanzas registados em 2014. Durante o exercício 2015 as comissões de estrangeiro permaneceram como o factor de maior peso, mesmo tendo reduzido os proveitos associados (330 milhões de Kwanzas em 2015 face a 487 milhões de Kwanzas em 2014), contudo, verificámos que outras rubricas se destacaram negativamente em 2015 face a 2014, tais como comissões de garantias prestadas (86 milhões de Kwanzas em 2015 face a 172 milhões de Kwanzas em 2014), comissões de abertura/renovação CC (144 milhões de Kwanzas em 2015 face a 156 milhões de Kwanzas em 2014), comissões de compra e venda de moeda estrangeira (16 milhões de Kwanzas em 2015 face a 100 milhões de Kwanzas em 2014) e comissões de montagem de operações (14 milhões de Kwanzas em 2015 face a 78 milhões de Kwanzas em 2014). Existiram algumas rubricas que atenuaram as fortes quedas registadas, tais como, as comissões de abertura de créditos documentários (134 milhões de Kwanzas em 2015 face a 116 milhões de Kwanzas em 2014) e outras comissões e prestações de serviços mais pequenos, mas no total representaram uma diversificação das comissões aplicadas.

Verificámos uma redução dos custos em 2015 por via da redução de operações de estrangeiro, deste modo, obtivemos um valor de 117 milhões de Kwanzas em 2015 face a 134 milhões de Kwanzas em 2014.

	2015	2014	Varição
Comissões / Prestação de Serviços Recebidos	973.875.411	1.343.025.442	-27%
Operações de estrangeiro	329.901.479	487.445.003	-32%
Garantias prestadas	85.584.910	172.256.933	-50%
Abertura/Renovação C/CC	144.346.919	155.631.823	-7%
Abertura créditos documentários	133.573.939	116.329.955	15%
Compra e venda de moeda estrangeira	15.768.585	99.863.395	-84%
Montagem operação	14.105.390	77.856.104	-82%
Abertura/Renovação C/CR	43.705.077	69.414.056	-37%
Imobilização C/CC	14.891.787	25.828.098	-42%
Anuidade de cartões	25.000.877	13.779.820	81%
Outras Comissões	31.570.979	12.757.241	147%
Movimentos ATM FNB	50.969.210	45.679.852	12%
Movimentos TPA FNB	53.493.468	48.372.624	11%
Outras Prestações de Serviços	30.962.790	17.810.539	74%
Comissões / Prestação de Serviços Pagos	116.506.099	134.019.433	-13%
Operações de estrangeiro	74.772.108	93.379.637	-20%
Serviços bancários	1.904.118	9.559.960	-80%
Movimentos TPA FNB	21.960.257	18.304.020	20%
VISA	6.110.589	4.269.626	43%
Outros	11.759.028	8.506.191	38%
RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	857.369.312	1.209.006.009	-29%

Outros Proveitos e Custos Operacionais

Os custos operacionais devido ao aumento da actividade do banco registaram um crescimento de 14%, esta evolução está directamente ligada à necessidade de reforço das equipas nos balcões e serviços centrais, tal como um aumento extraordinário de todos os colaboradores para atenuar o crescimento dos preços verificado em 2015, deste modo, os custos com pessoal cresceram 23%, e, com o aumento da actividade e necessidade de maior contratação de serviços terceiros, tal como um forte aumento dos preços de parte dos fornecedores, onde se verificou um aumento de 21%. No exercício de 2014 procedeu-se ao registo de contingências fiscais relativas a exercícios anteriores e um valor excepcional não recorrente devido a dois incidentes que ocorreram em balcões durante o exercício 2014, estes eventos não tiveram impacto no exercício de 2015.

	2015	2014	Varição
Custos Administrativos e de Comercialização	2.644.786.244	2.063.705.942	28%
Custos com Pessoal	1.110.427.056	900.652.425	23%
Fornecimento de Terceiros	1.315.477.024	1.083.590.273	21%
Depreciações e Amortizações	268.306.258	234.421.056	14%
Outros	85.207.761	17.689.104	382%
Recuperação de Custos Administrativos	(134.631.855)	(172.646.916)	-22%
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	-8.000.000	49.730.540	-116%
Resultados de Imobilizações Financeiras	-565.220	-	-
Outros Proveitos e Custos Operacionais	40.276.425	243.803.621	-83%
OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	2.676.497.448	2.357.240.102	14%

Resultado não Operacional

O resultado não operacional no exercício 2015 registou um prejuízo de 74 milhões de Kwanzas, em contraste com o prejuízo de 81 milhões de Kwanzas registados no exercício de 2014.

Os custos verificados são não recorrentes, tratando-se de regularizações de itens pendentes em anos anteriores.

	2015	2014	Varição
Proveitos não Operacionais	355.273.682	100.685.188	253%
Recebimento de Juros de Exercícios Anteriores	350.443.957	11.511.954	2944%
Alienação de imobilizado	4.829.725	-	-
Outros	-	89.173.233	-100%
Custos não Operacionais	428.891.193	181.432.100	136%
Anulação de Juros de Exercícios Anteriores	343.671.964	17.525.947	1861%
Alienação de imobilizado	1.368.857	-	-
Outros	83.850.372	163.906.153	-49%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-73.617.511	-80.746.912	-9%

Solvabilidade

O Finibanco apresentou um reforço dos seus Fundos Próprios Regulamentares em 2015 de 14%, o crescimento verificado (de 12.110 milhões de Kwanzas em 2014 para 13.839 milhões de Kwanzas em 2015) deve-se à reavaliação cambial do empréstimo subordinado junto do nosso accionista Montepio Holding S.G.P.S, S. A. no valor de 30 milhões de dólares Americanos e ao resultado líquido acumulado do exercício de 2015.

O crescimento do Finibanco, comprovado pelo aumento em 102% dos Activos Ponderados pelo Risco, levou a uma redução do rácio de solvabilidade, contudo, os 16,4% do rácio actualmente registado, acima dos 10% impostos pelo Banco Nacional de Angola, permanece a um nível muito positivo e de maior potencial para rentabilizar os capitais próprios. Consideramos que os valores, actualmente apresentados, são o garante de um Banco com uma estabilidade e solidez de referência no mercado Angolano.

	2015	2014	Varição
Fundos Próprios de Base nível 1	10.310.828.183	9.547.984.075	8%
Resultado	1.247.844.107	1.617.708.426	
Capital	4.181.999.740	4.181.999.740	
Reserva de actualização monetária do capital social	-	-	
Reserva legal	1.295.187.850	971.646.165	
Reserva especial	-	-	
Outras reservas	3.585.796.485	2.776.629.744	
Lucros e prejuízos transitados	-	-	
Dedução aos Fundos Próprios de Base	(531.456.504)	(523.515.248)	2%
Acções ou quotas próprias em tesouraria	-	-	
Empréstimos com natureza de capital	-	-	
Imobilizações financeiras	(23.729.921)	(23.729.921)	
Imobilizações incorpóreas	(507.726.583)	(499.785.327)	
Fundos Próprios Complementares nível 2	4.059.450.000	3.085.890.000	32%
Fundo social	-	-	
Outros fundos	-	-	
Dívidas subordinadas	4.059.450.000	3.085.890.000	
Instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD)	-	-	
Reservas de reavaliação	-	-	
FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES	13.838.821.679	12.110.358.827	14%
Total dos Activos Ponderados pelo Risco	97.239.317.000	48.221.533.010	102%
Rácio de Solvabilidade	16%	18%	- 2 pp

Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foi apurado como resultado líquido o valor de 1.247.844.107 (mil duzentos e quarenta e sete milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil e cento e sete Kwanzas).

Tendo em conta o equilíbrio entre as necessidades regulamentares de manutenção dos fundos próprios e o crescimento e consolidação no mercado Angolano do Finibanco Angola, S.A., propõe-se que os resultados apurados tenham a seguinte aplicação:

RESERVA LEGAL

AOA 249.568.821

(duzentos e quarenta e nove milhões e quinhentos e sessenta e oito mil e oitocentos e vinte e um Kwanzas)

RESERVA LIVRE

AOA 998.275.286

(novecentos e noventa e oito milhões e duzentos e setenta e cinco mil e duzentos e oitenta e seis Kwanzas)

Esta proposta permite cumprir com os objectivos referidos nos considerandos.

Luanda, 18 de Abril de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras

Finibanco Angola, S.A. Balço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Activo			
Disponibilidades	3	13.129.096	9.913.116
Aplicações de liquidez			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	3.459.609	8.300.914
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	4	-	1.754.766
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos até ao vencimento	5	20.010.445	12.970.110
Créditos no sistema de pagamentos	6	82.289	647.040
Créditos	7	39.562.078	36.395.957
Créditos		43.112.770	38.597.142
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.550.692)	(2.201.185)
Outros valores	8	787.643	381.606
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	9	23.730	23.730
Imobilizações corpóreas	10	5.721.904	5.257.062
Imobilizações incorpóreas	11	507.727	499.785
Total do Activo		83.284.521	76.144.086
Passivo			
Depósitos			
Depósitos à ordem	12	26.105.926	24.714.865
Depósitos a prazo	12	34.898.979	34.288.564
Captações de Liquidez			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	13	5.899.045	2.097.932
Captações com títulos e valores mobiliários			
Instrumentos Financeiros Derivados	14	-	105.810
Obrigações no sistema de pagamentos	6	413.128	1.142.528
Operações cambiais			
Outras captações			
Dívidas subordinadas	15	4.131.367	3.140.560
Outras obrigações	16	1.448.669	1.009.726
Provisões para responsabilidades prováveis	17	76.579	96.117
Total do Passivo		72.973.693	66.596.102
Fundos próprios			
Capital social	18	4.182.000	4.182.000
Reservas e fundos	19	4.880.984	3.748.276
Resultado do exercício		1.247.844	1.617.708
Total dos Fundos Próprios		10.310.828	9.547.984
Total do Passivo + Fundos Próprios		83.284.521	76.144.086

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Margem financeira	21	3.474.850	3.180.827
Proveitos de instrumentos financeiros activos			
Proveitos de aplicações de liquidez		95.664	302.314
Proveitos de títulos e valores mobiliários		1.218.408	1.209.378
Proveitos de crédito		4.982.593	4.030.565
Custos de instrumentos financeiros passivos			
Custos de depósitos		(2.374.165)	(2.190.843)
Custos de captações para liquidez		(148.445)	(12.509)
Custos de outras captações		(299.205)	(158.078)
Resultados de negociação e ajuste ao justo valor	22	99.577	(104.975)
Resultados de operações cambiais	23	1.921.677	1.891.443
Resultados de prestação de serviços financeiros	24	857.369	1.209.006
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	25	(2.284.113)	(1.969.650)
Resultado de intermediação financeira		4.069.360	4.206.651
Custos administrativos e de comercialização			
Pessoal	26	(1.110.427)	(900.652)
Fornecimentos de terceiros	27	(1.315.477)	(1.083.590)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	28	(64.405)	(10.980)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	29	(12.189)	(4.599)
Outros custos administrativos e de comercialização	30	(8.614)	(2.111)
Depreciações e amortizações	31	(268.306)	(234.421)
Recuperação de custos	32	134.632	172.647
Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis	33	8.000	(49.731)
Resultado de imobilizações financeiras	34	566	-
Outros proveitos e custos operacionais	35	88.047	(163.449)
Outros proveitos e custos operacionais		(2.548.173)	(2.276.886)
Resultado operacional		1.521.187	1.929.765
Resultado não operacional	36	(73.618)	(80.748)
Resultado antes dos impostos e outros encargos		1.447.569	1.849.017
Encargos sobre o resultado corrente	37	(199.725)	(231.309)
Resultado do exercício		1.247.844	1.617.708

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.
Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Total dos fundos próprios AKZ '000	Capital social AKZ '000	Reserva legal AKZ '000	Prémio de emissão AKZ '000	Outras reservas AKZ '000	Resultado do exercício AKZ '000
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	8.340.276	4.182.000	678.713	148.000	1.866.898	1.464.665
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	292.933	-	-	(292.933)
Outras reservas	-	-	-	-	761.732	(761.732)
Distribuição de resultados (nota 16)	(410.000)	-	-	-	-	(410.000)
Resultado do exercício	1.617.708	-	-	-	-	1.617.708
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	9.547.984	4.182.000	971.646	148.000	2.628.630	1.617.708
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	323.542	-	-	(323.542)
Outras reservas	-	-	-	-	809.166	(809.166)
Distribuição de resultados (nota 16)	(485.000)	-	-	-	-	(485.000)
Resultado do exercício	1.247.844	-	-	-	-	1.247.844
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	10.310.828	4.182.000	1.295.188	148.000	3.437.796	1.247.844

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Fluxos de caixa da margem financeira	3.574.427	2.778.935
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	6.415.213	5.266.858
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	95.664	297.436
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	1.218.408	1.209.378
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros derivados	118.548	21.518
Recebimentos de proveitos de crédito	4.982.593	3.738.526
(-) Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(2.840.786)	(2.487.923)
Pagamentos de custos de depósitos	(2.374.165)	(2.190.843)
Pagamentos de custos de captações para liquidez	(148.445)	(12.509)
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	(18.971)	(126.493)
Pagamentos de Custos de Outras Captações	(299.205)	(158.078)
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	1.921.677	1.891.443
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	857.369	1.209.006
Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira	6.353.473	5.879.384
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais	(2.814.660)	(2.970.467)
(-) Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	(2.433.952)	
(-) Pagamentos de outros encargos sobre o resultado	(531.058)	-
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamentos	(164.650)	(911.078)
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	297.238	(1.815.585)
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	17.762	(243.804)
Fluxo de caixa das operações	3.538.813	2.908.917
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(5.785.713)	(25.309.453)
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	4.841.305	1.600.000
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(5.285.569)	(10.635.923)
Fluxo de caixa dos investimentos em crédito	(5.341.449)	(16.273.530)
Fluxo de caixa dos investimentos em outros valores	-	-
Fluxo de caixa das imobilizações	(814.708)	(983.371)
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(741.090)	(902.624)
Fluxo de caixa dos resultados na alienação de imobilizações	-	-
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não operacionais	(73.618)	(80.747)
Fluxo de caixa dos investimentos	(6.600.421)	(26.292.824)
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	6.687.588	21.850.080
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	2.001.478	16.506.445
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações para liquidez	3.801.113	2.097.932
Fluxo de caixa dos financiamentos com instrumentos financeiros derivados	(105.810)	105.212
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	990.807	3.140.491
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(410.000)	(410.000)
(-) Pagamentos de dividendos	(410.000)	(410.000)
Fluxo de caixa dos financiamentos	6.277.588	21.440.080
Saldo em disponibilidades no início do período	9.913.116	11.856.943
Saldo em disponibilidades no final do período	13.129.096	9.913.116
Variações em disponibilidades	3.215.980	(1.943.827)

O Director de Contabilidade



O Conselho de Administração



Notas às Demonstrações Financeiras

1 Constituição e Actividade

O Finibanco Angola, S.A., que usa a marca Finibanco (adiante designado por “Finibanco” ou “Banco”), trata-se de um Banco de capitais privados angolanos e estrangeiros constituído por Escritura Pública de 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda. O Finibanco opera e tem sede social em Angola, na Travessa Engrácia Fragoso, n.º 24, R/C, Ingombota, Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no BNA, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2015, de uma rede de 17 balcões e de 4 centros de empresas (15 balcões e 3 centro de empresas em 31 de Dezembro de 2014).

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. De referir que a 4 de Setembro de 2013, o Finibanco Holding alterou a sua designação para Montepio Holding, S.G.P.S., S.A..

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na nota 18, o Banco é detido maioritariamente pelo Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (“CONTIF”) requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 2.2 r).

2 Principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente através da Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos, quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As Demonstrações Financeiras do Finibanco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2016.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das Demonstrações Financeiras agora apresentadas.

As Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5.º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio médio publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro 2015 e 2014, o câmbio do Kwanza (AOA) face às divisas a que o Banco se encontra mais exposto eram os seguintes:

	31-12-2015	31-12-2014
1 USD	135,315	102,863
1 EUR	147,832	125,195

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação as Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior;
- na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício no momento em que ocorrem à taxa média.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nas taxa de câmbio de referência do BNA. As diferenças são registadas como custos ou proveitos do exercício.

- Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial, por contrapartida de resultados.

- Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registado nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

c) Créditos

Classificação do crédito

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subseqüentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Por conseguinte, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das Demonstrações Financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente ou grupo económico, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem da avaliação efectuada, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, de acordo com a seguinte tabela:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
Tempo incorrido desde a data de incumprimentos	Até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (nota 7) e as provisões para garantias prestadas, avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço e limites irrevogáveis de crédito são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis” (nota 17).

Créditos transferidos para prejuízos

Uma operação de crédito classificada na Classe G durante 180 dias, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e faz uma utilização da respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Recuperação dos créditos transferidos para prejuízo

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de “Resultado não operacional”.

Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como, não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

d) Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

Locação Financeira vs Locação Operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação. As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens mediante contratos de locação operacional, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de contrato a que respeitam.

Locações como locatário

Em 31.12.2015 o Banco não detinha quaisquer contratos de locação financeira nem de locação operacional como locatário.

Locações como locador

Os contratos de locação existentes são de natureza financeira (Leasing (ver nota 7 às Demonstrações Financeiras)) e estão registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

e) Títulos e valores mobiliários

Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos.

O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- **Títulos para negociação**

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

- **Títulos disponíveis para venda**

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

- **Títulos mantidos até o vencimento**

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento. As acções são resgatáveis, pelo que, não podem ser classificadas na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda, pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou, em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

Títulos de dívida pública

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano. O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do BNA no Nível A.

Os Títulos do Banco Central, os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título e do Desconto é registado na demonstração de resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Resultados de operações cambiais”. O resultado do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização; e
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexante.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa, deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- Na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não é efectuado o estorno dos valores já registados no resultado, decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, são reconhecidos no resultado do período:
 - Imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
 - Em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;

- Na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos:
 - Imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
 - Como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários, devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas, passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Não é efectuada em qualquer circunstância a reversão destas perdas.

f) Instrumentos Financeiros Derivados

As operações realizadas pelo Banco com instrumentos financeiros derivados são registadas conforme a sua finalidade de cobertura ou não (*hedge* ou especulação e arbitragem).

O valor de referência (valor nocional) dos instrumentos financeiros derivados utilizados nas operações mencionadas, são registados em contas extrapatrimoniais.

As operações com instrumentos financeiros derivados, são valorizadas pelo valor de mercado, numa periodicidade mensal, registando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida de custos ou proveitos, no resultado do período.

A metodologia de apuramento do valor de mercado é estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, levando em consideração a independência na recolha de dados em relação às taxas praticadas.

Os instrumentos financeiros derivados são contabilizados em função da natureza e objectivo do respectivo instrumento, podendo para o efeito ser registados como:

- **Especulação e Arbitragem**, operações com o objectivo de especular e arbitrar no mercado ou que não se enquadrem nas outras classes e detenham todos os requisitos de classificação;
- **Cobertura (*Hedge*) de Justo Valor**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação no justo valor (preços e taxas) do item objecto;
- **Cobertura (*Hedge*) de Fluxo de Caixa**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação no fluxo de caixa futuro do item objecto;
- **Cobertura (*Hedge*) de Investimentos no Exterior**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação cambial de investimentos realizados no exterior.

g) Imobilizações financeiras

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os dividendos declarados decorrentes desses investimentos, são registados em resultados do período.

Quando esta se encontra denominada em moeda estrangeira, é objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

h) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a despesas com organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e *software*, sempre que o Banco consiga demonstrar que as mesmas venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente segundo o método das quotas constantes por duodécimos ao longo de um período em função da vida útil do activo.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes não ultrapassando as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial.

Deste modo, apresentamos os seguintes períodos de vida útil e correspondente taxa de amortização em vigor:

	Número de anos	Taxa de amortização
Imobilizado Incorpóreo		
Sistema de tratamento de dados	6	16,67%
Gastos de organização e expansão	3 a 10	10% a 33,33%
Benfeitorias em imóveis terceiros	10	10%
Gastos com desenvolvimento	10	10%
Outras imobilizações incorpóreas	6	16,67%
Imobilizado Corpóreo		
Terrenos	0	0%
Edifícios	50	2%
Grandes reparações	10	10%
Mobiliário e material	10	10%
Máquinas e ferramentas	6 a 20	5% a 16,67%
Equipamento informático	6	16,67%
Instalações interiores	6 a 40	2,5% a 16,67%
Material de transporte	4	25%
Equipamento de segurança	20	5%
Outras imobilizações corpóreas	20	5%

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a balcões em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos balcões entrarem em funcionamento.

i) Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de Demonstrações Financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O

reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição considera, no mínimo, as seguintes indicações:

- Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- Aumento nas taxas de juro ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

j) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso n.º 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As Demonstrações Financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária”, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período,

não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

k) Benefícios a colaboradores

Responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei n.º 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários íliquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000, que entrou em vigor em 15 de Setembro de 2015, e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, tendo o Banco cessado o registo do custo associado a partir desta data.

Remuneração variável paga aos colaboradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de ser pago no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2015, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte (nota 16).

l) Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2011 a 2015. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Imposto corrente

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto acima referida.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

O Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória em três prestações iguais em Janeiro, Fevereiro e Março, tendo por base 75% do lucro tributável do exercício anterior.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis, também dão origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

No âmbito do processo da reforma tributária em curso, foi recentemente publicado em Diário da República um importante conjunto de novos diplomas fiscais, a par da introdução de alterações significativas em outros códigos já existentes e da sua consequente republicação, a saber:

- Código do Imposto Industrial (aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro);
- Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro);
- Código do Imposto do Selo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro);
- Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro);
- Código das Execuções Fiscais (aprovado pela Lei n.º 20/14, de 22 de Outubro);
- Código Geral Tributário (aprovado pela Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro);
- Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro).
- Em 31 de Dezembro de 2015, a retenção na fonte sobre as empreitadas, subempreitadas e prestações de serviços é de 6,5%, e em 31 de Dezembro de 2014 a retenção na fonte sobre as empreitadas e subempreitadas era de 3,5% e prestações de serviços de 5,25%.

m) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a

ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

o) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

p) Bens não de uso próprio

Os bens não de uso próprio são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco classifica em bens não de uso próprio os bens detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por entidades externas.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

q) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de capital próprio após aprovação pelos accionistas, até ao momento da sua liquidação.

r) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Títulos e valores mobiliários mantidos até ao vencimento, Provisões para responsabilidades prováveis, Impostos sobre os lucros e Benefícios a colaboradores.

s) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

t) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

3 Disponibilidades

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Caixa		
Valores em tesouraria - Moeda Nacional	850.269	1.474.033
Valores em tesouraria - Moeda Estrangeira	193.322	329.458
Valores em trânsito	-	-
Disponibilidades no Banco Central		
Depósitos à ordem - Moeda Nacional	6.882.256	5.537.729
Depósitos à ordem - Moeda Estrangeira	666.426	2.257.329
Disponibilidades em instituições de crédito		
No país - cheques a cobrar	17.364	28.263
No estrangeiro - Depósitos à ordem		
Em Dólares dos Estados Unidos	3.764.855	267
Em Euros	746.916	281.901
Outras moedas	7.688	4.136
	<u>13.129.096</u>	<u>9.913.116</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Caixa - Valores em tesouraria - Moeda Nacional”, apresenta os saldos em cofre, ATM’s e fundo de maneio, tal como a rubrica “Caixa - Valores em tesouraria - Moeda Estrangeira” diz respeito a valores em cofre em moeda estrangeira.

As Disponibilidades no Banco Central em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas obrigatórias, não existindo remuneração associada.

As reservas mínimas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 16/2015 de 22 de Julho, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem. De salientar que o presente Instrutivo agora em vigor veio aumentar a taxa sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda nacional de 15% para 25%, mantendo a taxa a deduzir da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda estrangeira para a exigibilidade em moeda estrangeira em 15%. Relativamente aos depósitos do Governo Local, aplica-se uma taxa de 50% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira, e para os depósitos do Governo Central aplica-se uma taxa de 75% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira.

Este instrutivo refere ainda que o Banco poderá efectuar até 10% do cumprimento das reservas obrigatórias em moeda nacional, com recurso a Obrigações do Tesouro pertencentes à carteira própria, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015.

Segundo o Instrutivo nº 19/2015, que entra em vigor a 04 de Janeiro de 2016, são elegíveis para o cumprimento das reservas mínimas obrigatórias em moeda estrangeira, os depósitos junto do Banco Nacional de Angola (20% do total das reservas) e Obrigações do tesouro em moeda estrangeira (80% do total das reservas).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito - No país - cheques a cobrar, corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito que foram apresentados à compensação e que se encontram em cobrança.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto do banco correspondente, inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco sem que para o efeito haja remuneração associada.

4 Aplicações de liquidez

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Operações de Mercado Monetário Interfinanceiro		
Aplicações s/ instituições de crédito no país		
Banco Central	-	3.300.000
OIC - Outras Instituições de Crédito	-	5.000.000
Proveitos a receber	-	914
Aplicações s/ instituições de crédito no estrangeiro		
Grupo Económico	3.457.192	-
Proveitos a receber	2.417	-
Operações Compra Título Terceiros c/Acordo Revenda		
Títulos da Dívida Pública-MN	-	1.750.000
Proveitos a receber	-	4.766
	<u>3.459.609</u>	<u>10.055.680</u>

As aplicações efectuadas pelo Banco em instituições de crédito no país, no estrangeiro ou junto do Banco Nacional de Angola são efectuadas tendo por base a política de gestão de excedentes de liquidez no mercado monetário interfinanceiro.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro, incluindo operações de compra de títulos com acordo de revenda, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Muito curto prazo - inferior a 5 dias	-	8.300.914
Curto Prazo - entre 6 dias e 1 ano	3.459.609	1.754.766
	<u>3.459.609</u>	<u>10.055.680</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro, incluindo operações de compra de títulos com acordo de revenda, venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Em Kwanzas	-	4,43%
Em Dólares dos Estados Unidos	0,55%	-
Em Euros	0,30%	-

Durante o exercício de 2015, o Banco efectuou as suas aplicações de liquidez em moeda estrangeira junto de instituições de crédito a uma taxa média de 0,55% em Dólares Americanos e 0,30% em Euros. A 31 de Dezembro de 2014, a totalidade das aplicações de liquidez efectuadas pelo Banco tinham sido contratadas em Kwanzas e venciam juros a uma taxa média de 4,75%.

Durante o exercício de 2015, o Banco efectuou várias aplicações de liquidez junto do Banco Nacional de Angola. No entanto, tendo em conta a taxa de absorção actual de 0%, o Banco abdicou de praticar este tipo de operações. A 31 de Dezembro de 2014, a taxa de remuneração média das aplicações de liquidez junto do Banco Nacional de Angola venciam juros a uma taxa média de 1,53%.

5 Títulos e valores mobiliários

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Títulos para negociação	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-
Títulos mantidos até ao vencimento	20.010.445	12.970.110
Obrigações do Tesouro		
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar Americano	17.879.888	12.970.110
Em moeda estrangeira (Dólar Americano)	2.130.557	-
	<u>20.010.445</u>	<u>12.970.110</u>

A 31 de Dezembro de 2015, a carteira de títulos do Banco é composta exclusivamente por obrigações do tesouro mantidos até ao vencimento, emitidas em 2013, 2014 e 2015, com vencimento entre 2 e 4 anos, entre 2 e 5 anos e entre 5 e 7 anos, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015, a composição da carteira de títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

2015											
Nível de Risco	País	Moeda	Emitente	Qdade	Valor de Aquisição Moeda '000	Valor de Aquisição AOA '000	Valor Nominal	Juros Corridos	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Juro média
Obrigações do Tesouro											
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AOA	MINF	107.987	13.284.974	13.284.974	17.604.242	275.646	17.879.888	- 6,88%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	MINF	1.570	15.700	2.124.414	2.124.446	6.111	2.130.557	- 5,00%
						15.409.388	19.728.688	281.757	20.010.445	-	

Em 31 de Dezembro de 2014, a composição da carteira de títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

2014											
Nível de Risco	País	Moeda	Emitente	Qdade	Valor de Aquisição Moeda '000	Valor de Aquisição AOA '000	Valor Nominal	Juros Corridos	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Juro média
Obrigações do Tesouro											
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AOA	MINF	104.642	12.079.084	12.079.084	12.810.644	159.466	12.970.110	- 7,06%
						12.079.084	12.810.644	159.466	12.970.110	-	

O Finibanco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a potencial existência de evidência objectiva de imparidade na carteira de títulos mantidos até ao vencimento, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos mantidos até ao vencimento são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística salientada na nota 2.2 e).

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Banco não procedeu a transferências entre carteiras, para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Taxa Fixa	20.010.445	12.970.110
Taxa Variável	-	-
	20.010.445	12.970.110

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Em moeda nacional		
Curto Prazo - entre 6 dias e 1 ano	4.822.787	4.033.046
Médio Prazo - entre 1 ano e 3 anos	4.347.093	5.078.640
Longo Prazo - superior a 3 anos	8.710.008	3.858.424
Em moeda estrangeira		
Longo Prazo - superior a 3 anos	2.130.557	-
	20.010.445	12.970.110

6 Créditos e obrigações no sistema de pagamentos

Os Créditos e obrigações no sistema de pagamentos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 apresentam-se como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Créditos no sistema de pagamentos		
Relação entre instituições		
Devedores por operações pendentes de liquidação		
Compensação de valores a receber	27.546	45.105
Outras operações pendentes de liquidação	54.743	601.935
Relações com correspondentes		
Ordens de pagamento recebidas	-	-
	82.289	647.040
Obrigações no sistema de pagamentos		
Relação entre instituições		
Obrigações por operações pendentes de liquidação		
Compensação de valores a liquidar	(169.415)	(171.995)
Outras operações pendentes de liquidação	(88.828)	(646.278)
Relações com correspondentes		
Ordens de pagamento emitidas	(154.885)	(324.255)
	(413.128)	(1.142.528)
	(330.839)	(495.488)

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Créditos no sistema de pagamentos agrega os recursos a receber de operações efectuadas com terceiros que se encontrem em trânsito na instituição.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Devedores por outras operações pendentes de liquidação refere-se a vendas de divisas efectuadas pelo Finibanco e regularizadas no início de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas Compensação de valores a receber e a liquidar, correspondem a valores pendentes de liquidação, as quais foram efectuadas nos dias subsequentes à data de Balanço por intermédio dos respectivos componentes do sistema de pagamentos angolano.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Obrigações no sistema de pagamentos – Outras operações pendentes de liquidação, agrega as obrigações decorrentes de operações efectuadas com outras instituições.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Ordens de pagamento emitidas – Correspondentes refere-se a operações com o estrangeiro pendentes de liquidação.

7 Créditos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Crédito Interno		
Em moeda nacional		
Sector empresarial	38.150.468	30.489.136
Particulares	1.772.097	2.730.314
Em moeda estrangeira		
Sector empresarial	1.080.427	2.848.894
Particulares	171.951	1.794.254
	41.174.943	37.862.598
Crédito ao exterior		
Em moeda nacional		
Sector empresarial	405.350	-
Particulares	25.607	27.835
Em moeda estrangeira		
Sector empresarial	-	-
Particulares	26.355	21.234
	457.312	49.068
Total de crédito concedido	41.632.255	37.911.666
Proveitos a receber do crédito concedido	1.480.515	685.476
Total crédito Bruto	43.112.770	38.597.142
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(3.550.692)	(2.201.185)
	39.562.078	36.395.957

O crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os proveitos a receber e provisões, excluindo garantias prestadas, compromissos irrevogáveis e créditos documentários, que são reconhecidos em rubricas extrapatrimoniais.

A 31 de Dezembro de 2015, no âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2015, o saldo de crédito concedido aos colaboradores do Banco, foi de AOA 316.994.722 (2014: AOA 296.913.033).

A 31 de Dezembro de 2015, os créditos concedidos a clientes em moeda nacional e estrangeira (dólar americano) venciam juros às taxas médias anuais de 13,7% e 13,3%, respectivamente (2014: 13,17% e 12,16%).

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a carteira de crédito, apresenta a seguinte estrutura por tipologia de operação:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Financiamentos	30.674.644	17.446.109
Contas Correntes Caucionadas	10.827.093	18.762.258
Descobertos em DO's	1.562.325	2.289.885
Leasing	39.027	90.459
Cartões de Crédito	9.681	8.431
	43.112.770	38.597.142

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o prazo residual do crédito vincendo, apresenta a seguinte estrutura:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Até 3 meses	7.648.038	20.201.535
De 3 meses a 6 meses	5.692.185	6.107.134
De 6 meses a 1 ano	15.580.891	284.919
De 1 ano a 5 anos	10.527.341	5.884.828
De 5 anos a 10 anos	3.309.523	5.562.199
Mais de 10 anos	354.792	556.527
	43.112.770	38.597.142

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do crédito por moeda, apresenta a seguinte a estrutura:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Moeda nacional	41.816.590	33.664.910
Moeda estrangeira	1.296.180	4.932.232
	43.112.770	38.597.142

A 31 de Dezembro de 2015, a composição da carteira de crédito e garantias prestadas com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

	2015			%
	Crédito AKZ '000	Garantias AKZ '000	Total AKZ '000	
Actividades imobiliárias	3.404.801	-	3.404.801	7,4%
Agricultura e pesca	1.029.135	-	1.029.135	2,2%
Comércio por grosso e retalho	5.447.606	-	5.447.606	11,8%
Construção geral	13.626.822	2.334.897	15.961.719	34,6%
Industrias extractivas	325.209	-	325.209	0,7%
Industrias transformadoras	3.605.209	377.185	3.982.394	8,6%
Outros sectores	2.218.038	8.254	2.226.292	4,8%
Particulares	2.006.001	-	2.006.001	4,3%
Prestações de serviços	9.779.032	355.746	10.134.778	21,9%
Saúde, educação e acção social	24.195	-	24.195	0,1%
Transportes, armazenagem e comunicações	1.646.722	-	1.646.722	3,6%
	43.112.770	3.076.082	46.188.852	100%

A 31 de Dezembro de 2014, a composição da carteira de crédito e garantias prestadas com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

	2014			
	Crédito AKZ '000	Garantias AKZ '000	Total AKZ '000	%
Actividades imobiliárias	2.577.273	-	2.577.273	5,9%
Agricultura e pesca	933.858	-	933.858	2,1%
Comércio por grosso e retalho	5.243.555	18.421	5.261.977	12,0%
Construção geral	11.420.352	3.163.419	14.583.771	33,4%
Indústrias extractivas	357.828	-	357.828	0,8%
Indústrias transformadoras	1.380.743	46.288	1.427.031	3,3%
Outros sectores	2.002.694	86.274	2.088.968	4,8%
Particulares	4.245.408	1.028.630	5.274.038	12,1%
Prestações de serviços	8.879.196	748.039	9.627.235	22,0%
Saúde, educação e acção social	38.519	-	38.519	0,1%
Transportes, armazenagem e comunicações	1.517.717	-	1.517.717	3,5%
	38.597.142	5.091.072	43.688.214	100%

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a distribuição da carteira de crédito bruto por província é como segue:

	Código	2015	2014
		AOA '000	AOA '000
Luanda	5.500	42.404.821	37.914.026
Huambo	3.500	261.235	245.335
Benguela	1.000	439.413	437.781
Lubango	4.000	7.301	-
		43.112.770	38.597.142

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos e proveitos a receber, excluindo crédito indirecto, por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

Grau de Risco	2015				
	Crédito normal AOA '000	Crédito vencido AOA '000	Crédito Total AOA '000	Taxa de Provisão	Provisões AOA '000
A	-	-	-	0%	-
B	38.813.456	186.574	39.000.030	1%	788.020
C	32.798	4.598	37.396	3%	1.122
D	646.393	72.769	719.162	10%	71.916
E	1.207.745	219.126	1.426.871	20%	877.048
F	2.945	15.118	18.063	50%	9.032
G	900.142	1.011.106	1.911.248	100%	1.803.554
	41.603.479	1.509.291	43.112.770		3.550.692

Grau de Risco	2014				
	Crédito normal AOA '000	Crédito vencido AOA '000	Crédito Total AOA '000	Taxa de Provisão	Provisões AOA '000
A	647.509	-	647.509	0%	-
B	35.975.231	106.109	36.081.340	1%	863.437
C	283.468	19.927	303.395	3%	13.264
D	154.373	43.955	198.327	10%	99.894
E	51.100	26.733	77.833	20%	23.634
F	164.326	112.216	276.542	50%	188.761
G	506.119	506.076	1.012.195	100%	1.012.195
	37.782.127	815.016	38.597.142		2.201.185

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a carteira de crédito, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Taxa fixa	16.296.430	26.391.158
Taxa variável		
Libor 6 meses	26.357	21.235
Luibor 6 m	4.175.729	3.152.330
Luibor 12 m	22.614.254	9.032.418
	43.112.770	38.597.142

De 31 de Dezembro de 2014 para 31 de Dezembro de 2015, a migração do risco dos tomadores de crédito pode ser apresentado como se segue:

Grau de Risco	2015											Distribuição da carteira em 31-Dez-2014 AOA '000
	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação / Amortização	Reestruturado	Total	
A	1,68%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,68%	647.509
B	-	37,99%	0,09%	1,80%	4,25%	0,05%	3,23%	0,02%	12,78%	33,28%	93,48%	36.081.340
C	-	0,53%	-	-	-	-	0,22%	0,02%	0,02%	-	0,79%	303.395
D	-	-	-	-	-	-	0,50%	-	0,01%	-	0,51%	198.327
E	-	0,06%	-	-	-	-	0,07%	0,04%	0,04%	-	0,20%	77.834
F	-	-	-	-	-	-	0,52%	0,20%	-	-	0,72%	276.542
G	-	-	-	-	-	-	1,00%	1,44%	0,12%	0,07%	2,62%	1.012.195
Total	1,68%	38,57%	0,09%	1,80%	4,25%	0,05%	5,52%	1,72%	12,97%	33,35%		
Distribuição da carteira de 2014 em 31-Dez-2015 AOA '000	647.509	14.887.449	35.853	693.604	1.639.862	18.281	2.130.451	664.191	5.007.546	12.872.396		38.597.142

31-dez-14

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2014, no montante de AOA 38.597 milhões, 35,57% não sofreram mudança de nível de risco a 31 de Dezembro de 2015.

		2014									Distribuição da carteira em 31-Dez-2013 AOA '000
Grau de Risco		B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação / Amortização	Total	
31-dez-13	B	52,10%	0,36%	3,45%	4,45%	1,46%	1,63%	0,13%	21,94%	73,12%	19.755.949
	C	3,81%	-	-	0,02%	-	0,20%	0,74%	0,46%	0,27%	1.208.027
	D	-	-	-	-	-	0,02%	0,17%	0,00%	0,00%	44.155
	E	0,00%	-	-	-	-	-	0,20%	0,05%	0,00%	57.263
	F	-	-	-	-	-	0,00%	0,36%	0,00%	0,00%	83.818
	G	1,87%	-	-	-	-	-	5,81%	0,78%	0,72%	1.954.438
	Total	57,79%	0,36%	3,45%	4,46%	1,46%	1,85%	7,41%	23,22%		
Distribuição da carteira de 2013 em 31-Dez-2014 AOA '000		13.351.618	83.029	796.213	1.031.422	336.830	427.313	1.712.080	5.365.145		23.103.650

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a movimentação das provisões para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Saldo a 1 de Janeiro	2.201.185	1.395.630
Dotação do exercício	8.678.197	3.263.668
Reversão do exercício	(6.374.546)	(1.305.682)
Utilização da imparidade	(954.144)	(1.152.432)
Saldo a 31 de Dezembro	3.550.692	2.201.185

O montante de créditos transferidos para prejuízos durante o exercício de 2015 ascende a AOA 954.143 milhares (2014: AOA 1.152.432 milhares).

8 Outros valores

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Outros valores de natureza fiscal		
Antecipação de imposto industrial	531.058	-
Outros	-	49
Outros valores de natureza cível		
Devedores diversos	159.604	172.089
Outros valores de natureza administrativa e comercial		
Adiantamentos e antecipações salariais	-	22.730
Despesas antecipadas	69.751	69.313
Material de expediente	7.338	17.009
Outros adiantamentos	19.892	100.416
Bens não de uso próprio	-	81.415
Provisões específicas para perdas	-	(81.415)
	787.643	381.606

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Antecipação de imposto industrial refere-se a liquidações provisórias de imposto industrial, efectuadas no decorrer do exercício de 2015, e referentes aos exercícios de 2015 e 2014, nos montantes de AOA 43.294.872 e AOA 487.762.980, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Devedores diversos inclui ainda o montante de AOA 98.811.000 (2014: AOA 96.042.750) referente a movimentos de regularização de automated teller machines (ATM) que o Banco detém nos seus balcões.

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica devedores diversos inclui prestações suplementares à EMIS no valor de AOA 18.370.550 (2014: AOA 16.519.619), no âmbito da adesão do Banco à Rede Multicaixa.

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica devedores diversos inclui também o valor de AOA 22.012.936 (2014: AOA 27.889.451) referente a um adiantamento à Associação Angolana de Bancos ("ABANC"), no âmbito do processo de aquisição de um imóvel para a sede social da Associação.

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de despesas antecipadas diz respeito a despesas antecipadas com rendas e alugueres de imóveis, tais como, contratos de prestação de serviços, campanhas de publicidade em curso e contratualização de seguros pagos antecipadamente.

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica bens não de uso próprio incluía os bens recebidos por incumprimento de crédito no montante de AOA 81.415.000, tendo-se verificado a venda dos bens registados e que se encontravam provisionados a 100%. Em 2015, ocorreu a alienação dos bens em causa pelo montante de AOA 8.000.000, o que resultou num montante de utilizações de imparidade durante o exercício de 2015 de AOA 73.415.268 (Nota 34).

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Saldo a 1 de Janeiro	81.415	61.415
Dotação do exercício	-	20.000
Reversão do exercício	(8.000)	-
Utilização da imparidade	(73.415)	-
Saldo a 31 de Dezembro	-	81.415

9 Imobilizações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui apenas a participação do Banco no capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), com sede em Luanda, a qual se encontra valorizada pelo custo de aquisição uma vez que o Banco detém uma participação inferior a 10% do capital votante.

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

Adicionalmente, à data de emissão deste relatório ainda não se encontravam disponíveis as contas desta participada, referentes ao exercício de 2015.

Durante os exercícios de 2014 e 2013 esta entidade não distribuiu dividendos.

A última informação financeira disponível desta participada é a seguinte (valores em milhares de AOA):

Participada	Sede	Actividade	Capital Social AKZ '000	Participação			Demonstrações financeiras da EMIS					
				%	Valor de participação AKZ '000	Valor de balanço AKZ '000	2014			2013		
							Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício	Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, Lda	Luanda	Serviços Bancários	1.518.000	2,08%	23.730	23.730	4.718.461	1.477.413	111.025	4.744.157	1.377.815	111.290

10 Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Imóveis de uso		
Terrenos	312.910	292.370
Edifícios	1.654.787	1.409.277
Grandes reparações	34.814	303
Equipamento		
Mobiliário e material	335.593	260.447
Máquinas e ferramentas	61.709	56.725
Equipamento informático	364.039	268.741
Instalações interiores	205.321	171.591
Material de transporte	244.316	222.693
Equipamento de segurança	84.241	61.911
Outras imobilizações corpóreas	31.956	31.956
Imobilizações em curso		
Imóveis	2.610.930	2.475.050
Equipamento	99.800	192.358
Outros	225.852	205.926
	6.266.268	5.649.346
Depreciações acumuladas		
Imóveis de uso	(75.880)	(38.311)
Equipamento	(460.322)	(347.408)
Outras imobilizações corpóreas	(8.162)	(6.564)
	(544.364)	(392.284)
	5.721.904	5.257.062

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2015, são apresentados como segue:

	2014		2015				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Imóveis de uso	1.701.950	(38.311)	5.573	292.424	(35.004)	-	1.926.632
Equipamento							
Mobiliário e material	260.447	(43.532)	2.697	72.449	(28.061)	-	264.000
Máquinas e ferramentas	56.725	(6.552)	5.313	(329)	(3.140)	-	52.017
Equipamento informático	268.741	(127.525)	61.648	33.649	(49.416)	-	187.097
Instalações interiores	171.591	(37.584)	29.372	4.358	(16.485)	-	151.252
Material de transporte	222.693	(119.944)	63.344	(1.035)	(50.826)	(1.802)	112.430
Equipamento de segurança	61.910	(12.272)	20.978	1.352	(3.867)	-	68.101
Outras imobilizações corpóreas	31.956	(6.564)	-	-	(1.598)	-	23.794
Imobilizações em curso							
Imóveis	2.475.050	-	107.246	28.634	-	-	2.610.930
Equipamento	192.358	-	1.403	(93.961)	-	-	99.800
Outros	205.925	-	358.321	(338.395)	-	-	225.851
	5.649.346	(392.284)	655.895	(854)	(188.397)	(1.802)	5.721.904

Nota: A rubrica Abates regista o valor bruto de imobilizado líquido de amortizações acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Imóveis de uso refere-se ao custo de aquisição e obras dos balcões do Banco.

Nos exercícios de 2015 e 2014, as adições ocorridas na rubrica “Imóveis – Imobilizações em curso” estão relacionadas, essencialmente, com despesas incorridas com a abertura de novos balcões.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Imóveis - Imobilizações em curso” no montante de AOA 2.610.930 (2014: AOA 2.475.050.000), refere-se, essencialmente, ao investimento em curso para a nova sede do Banco.

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2014, são apresentados como seguem:

	2013		2014				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Imóveis de uso	967.154	(49.259)	200.663	561.850	(16.770)	-	1.663.638
Equipamento							
Mobiliário e material	270.408	(15.146)	121.642	(141.228)	(18.761)	-	216.915
Máquinas e ferramentas	33.968	(4.238)	21.131	1.671	(2.360)	-	50.172
Equipamento informático	204.608	(91.677)	67.145	(3.246)	(35.614)	-	141.216
Instalações interiores	148.961	(17.330)	22.372	(8.177)	(11.818)	-	134.008
Material de transporte	154.751	(58.757)	73.666	(22.008)	(44.903)	-	102.749
Equipamento de segurança	57.639	(10.090)	4.386	683	(2.979)	-	49.639
Outras imobilizações corpóreas	31.321	(4.990)	635	-	(1.574)	-	25.392
Imobilizações em curso							
Imóveis	2.774.950	-	22.798	(322.698)	-	-	2.475.050
Equipamento	176.400	-	15.958	-	-	-	192.358
Outros	20.140	-	292.237	(104.733)	-	(1.718)	205.926
	4.840.300	(251.487)	842.633	(37.886)	(134.779)	(1.718)	5.257.062

11 Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Sistema de tratamento automático de dados - Software	342.338	228.114
Gastos de organização e expansão	370.941	370.941
Benfeitorias em imóveis terceiros	215.092	244.030
Gastos com desenvolvimento	21.050	21.050
Outras imobilizações incorpóreas	537	537
	949.958	864.673
Depreciações acumuladas		
Sistema de tratamento automático de dados - Software	(179.281)	(149.397)
Gastos de organização e expansão	(175.680)	(149.269)
Benfeitorias em imóveis terceiros	(84.453)	(65.509)
Gastos com desenvolvimento	(2.280)	(175)
Outras imobilizações incorpóreas	(537)	(537)
	(442.231)	(364.887)
	507.727	499.785

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2015, são apresentados como seguem:

	2014		2015				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Sistema tratamento automático de dados	228.114	(149.397)	88.621	25.603	(29.884)	-	163.057
Gastos de organização e expansão	370.941	(149.269)	-	-	(26.411)	-	195.261
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	244.030	(65.509)	-	(26.374)	(21.509)	-	130.638
Gastos com desenvolvimento	21.051	(175)	-	-	(2.105)	-	18.771
Outras imobilizações incorpóreas	537	(537)	-	-	-	-	-
	864.673	(364.887)	88.621	(771)	(79.909)	-	507.727

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2014, são analisados como seguem:

	2013		2014				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Sistema tratamento automático de dados	204.942	(114.728)	23.172	(134)	(34.535)	-	78.717
Gastos de organização e expansão	387.741	(107.453)	-	(21.318)	(42.499)	5.200	221.672
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	192.864	(69.535)	28.941	48.654	(22.403)	-	178.522
Gastos com desenvolvimento	-	-	-	21.050	(175)	-	20.874
Outras imobilizações incorpóreas	6.067	(703)	-	(5.334)	(30)	-	-
	791.614	(292.418)	52.113	42.918	(99.642)	5.200	499.785

12 Depósitos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Depósitos à ordem	26.105.926	24.714.865
Depósitos a prazo	34.898.979	34.288.564
	61.004.905	59.003.429

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a composição dos depósitos à ordem é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Depósitos à ordem residentes		
Sector público	76.369	132.411
Empresas	14.769.411	14.058.951
Particulares	7.613.357	6.913.181
Outros sectores	1.937.357	1.367.820
	<u>24.396.494</u>	<u>22.472.363</u>
Depósitos à ordem não residentes		
Empresas	605.671	1.002.704
Particulares	1.103.761	1.239.798
	<u>1.709.432</u>	<u>2.242.502</u>
	<u>26.105.926</u>	<u>24.714.865</u>

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a composição dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Depósitos a prazo residentes		
Sector público	312.939	240.670
Empresas	18.258.822	20.663.581
Particulares	9.774.334	8.614.351
Outros sectores	654.447	512.957
	<u>29.000.542</u>	<u>30.031.559</u>
Depósitos a prazo não residentes		
Empresas	242.326	1.028.586
Particulares	5.656.111	3.228.419
	<u>5.898.437</u>	<u>4.257.006</u>
	<u>34.898.979</u>	<u>34.288.564</u>

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a composição da carteira de depósitos por moeda nacional e estrangeira é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Moeda nacional		
Depósitos à ordem	20.061.128	21.092.984
Depósitos a prazo	23.578.585	23.120.288
	<u>43.639.713</u>	<u>44.213.272</u>
Moeda estrangeira		
Depósitos à ordem	6.044.621	3.621.881
Depósitos a prazo	11.320.571	11.168.276
	<u>17.365.192</u>	<u>14.790.157</u>
	<u>61.004.905</u>	<u>59.003.429</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2015		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante AKZ '000
Moeda nacional	6,72%	23.578.408	23.578.408
Moeda estrangeira			
Dólares dos Estados Unidos	3,87%	54.991	7.441.120
Euros	1,49%	26.242	3.879.451
			<u>34.898.979</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2014		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante AKZ '000
Moeda nacional	6,51%	23.120.288	23.120.288
Moeda estrangeira			
Dólares dos Estados Unidos	3,57%	71.566	7.361.519
Euros	2,25%	30.407	3.806.757
			<u>34.288.564</u>

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição por prazos residuais de vencimento dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Até 3 meses	19.292.609	29.272.376
De 3 meses a 6 meses	2.711.918	3.023.222
Mais de 6 meses	12.894.452	1.992.966
	34.898.979	34.288.564

13 Captações de Liquidez

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Operações de Mercado Monetário Interfinanceiro		
Captações s/ instituições de crédito no país		
OIC - Outra Instituição de Crédito	2.650.000	-
Custos a pagar	820	-
Captações s/ instituições de crédito no estrangeiro		
Grupo Económico	3.247.842	2.097.398
Custos a pagar	383	534
	5.899.045	2.097.932

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações de Captação de Liquidez no Mercado Monetário Interfinanceiro, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Muito curto prazo - inferior a 5 dias	5.899.045	-
Curto Prazo - entre 6 dias e 1 ano	-	2.097.932
	5.899.045	2.097.932

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações de Captação de Liquidez no Mercado Monetário Interfinanceiro, venciam juros às seguintes taxas anuais:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Em Kwanzas	11,29%	-
Em Dólares dos Estados Unidos	4,27%	0,75%
Em Euros	-	-

14 Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Reavaliação positiva dos instrumentos financeiros derivados	-	-
Reavaliação negativa dos instrumentos financeiros derivados	-	(105.810)
	-	(105.810)

Em 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros derivados existentes em carteira, correspondem a um FX swap contratado junto da CEMG (Caixa Económica Montepio Geral) fora de bolsa com o objectivo de reduzir o risco cambial de balanço. Contudo, tem vencimento no último dia útil do mês com renovação mensal, pelo que, não gera posição de balanço, à data de 31 de Dezembro de 2015.

Este instrumento para efeitos contabilísticos não foi considerado como de cobertura.

15 Outras captações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Dívida Subordinada	4.131.367	3.140.560
	4.131.367	3.140.560

No exercício de 2014 o Finibanco contraiu um empréstimo subordinado a 10 anos junto do seu accionista Montepio Holding S.G.P.S., S.A. no montante de 30.000.000 de Dólares dos Estados Unidos, com uma taxa de juro anual líquida de 7% nos primeiros 5 anos. A posição actual é reflexo da reavaliação de balanço em função da desvalorização cambial do Kwanza.

16 Outras obrigações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
De natureza social ou estatutária		
Dividendos a pagar	485.000	416.695
De natureza fiscal		
Estimativa de imposto	416.922	231.309
Outros encargos fiscais a pagar próprios	17.965	12.269
Encargos fiscais a pagar retidos de terceiros	69.311	20.333
De natureza cível		
Receitas com proveitos diferido	8.502	10.952
Sobras de caixa	5.915	3.674
Fornecedores residentes	79.625	62.336
Fornecedores não residentes	76.418	8.998
Operações passivas a regularizar	84.431	55.547
De natureza administrativa e comercial		
Pessoal - salários e outras remunerações	204.580	177.961
Contribuições à segurança social	-	3.689
Outros custos administrativos e comerciais a pagar	-	5.963
	<u>1.448.669</u>	<u>1.009.726</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Dividendos a pagar refere-se a dividendos a distribuir aos accionistas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, cuja liquidação carece de aprovação junto do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Encargos fiscais a pagar retidos por terceiro diz respeito a encargos fiscais a pagar, no âmbito do processo de retenção na fonte sobre os rendimentos de terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Pessoal – salários e outras remunerações inclui ainda o acréscimo para bónus a pagar em 2016 a Órgãos Sociais e colaboradores, referente ao exercício findo em 2015, no montante de AOA 100.000.000 (2014: AOA 100.212.583)

17 Provisões para responsabilidades prováveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	45.207	45.207
Provisões para garantias prestadas	31.372	50.910
Provisões para responsabilidades prováveis	76.579	96.117

O movimento nas provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal		
Saldo a 1 Janeiro	45.207	15.476
Dotações do exercício	-	29.732
Utilizações do exercício	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	45.207	45.207

As provisões para garantias prestadas foram constituídas de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/12, de 28 de Março, do BNA, conforme referido na política contabilística 2.2 c).

O movimento nas provisões para responsabilidades prováveis para garantias prestadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Provisões para garantias prestadas		
Saldo a 1 Janeiro	50.910	39.246
Dotações do exercício	4.827	27.732
Reposições do exercício	(24.365)	(16.068)
Saldo a 31 de Dezembro	31.372	50.910

18 Capital social

O Finibanco Angola, S.A. foi constituído por escritura pública outorgada em 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda, com um capital de AOA 1.332.000.000, representado por 1.800.000 de acções nominativas de AOA 740 cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 3 de Maio de 2012, por despacho de Sua Excelência o Senhor Governador do Banco Nacional de Angola, foi autorizado o aumento do capital social do Finibanco, de AOA 1.332.000.000 para AOA 4.181.999.740, sendo o valor do aumento de AOA 2.850.000.000, resultante da realização de novas entradas em dinheiro, através da emissão de 3.851.351 novas acções no valor nominal de AOA 740 cada.

O capital social do Banco é representado por 5.651.351 (2014: 5.651.351) acções nominativas.

Em 19 de Outubro de 2012, realizou-se a escritura de aumento de capital e alteração do pacto social no Finibanco, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral de accionistas, expressa na acta n.º 1/11, datada de 27 de Abril de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2015		2014	
	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias
Montepio Holding, S.G.P.S., SA	2.882.189	51,00%	4.609.971	81,57%
Mário Abilio Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares	1.992.722	35,26%	264.940	4,69%
Carlos Maria da Silva Feijó	283.836	5,02%	283.836	5,02%
João Avelino Augusto Manuel	221.392	3,92%	221.392	3,92%
Iberpartners	135.606	2,40%	135.606	2,40%
Francisco Simão Júnior	90.404	1,60%	90.404	1,60%
Dumilde das Chagas Simões Rangel	45.202	0,80%	45.202	0,80%
	5.651.351	100%	5.651.351	100%

Resultado e dividendo por acção

Nos exercícios de 2015 e 2014, o resultado por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2015	2014
Resultado do exercício (milhares de AOA)	1.247.844	1.617.708
Número médio de acções em circulação no exercício	5.651.351	5.651.351
Resultado por acção (AOA)	220,80	286,25
Dividendo por acção distribuído no exercício (AOA)	66,18	72,55

Distribuição de resultados

A 17 de Abril de 2015, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, o Finibanco distribuiu resultados aos accionistas no montante de AOA 485.000.000 (2014: AOA 410.000.000). A 31 de Dezembro de 2015, a liquidação de dividendos carece de autorização por parte do Banco Nacional de Angola.

19 Reservas e fundos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Reserva legal	1.295.188	971.646
Prémio de emissão	148.000	148.000
Reserva livre	3.437.796	2.628.630
	<u>4.880.984</u>	<u>3.748.276</u>

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

20 Extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	147.131.279	66.438.182
Avales recebidos	14.673.284	11.858.682
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias e avales prestados	(3.076.082)	(5.091.072)
Créditos documentários	(6.124.728)	(4.476.687)
Linhas de crédito irrevogáveis	(6.303.146)	(5.543.625)
Títulos e valores mobiliários		
Mantidos até ao vencimento	13.486.138	6.445.803
Valor de referência - instrumentos financeiros derivados	3.019.478	8.603.281
Responsabilidades por prestação de serviços	(1.078.222)	(1.056.627)
Operações cambiais.	-	(790)
Valor actual dos créditos	3.536.813	2.425.780
Outras contas extrapatrimoniais	544.099	278.001

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do

cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias e avales prestados ascendem a AOA 31.371.780 e AOA 50.910.717, respectivamente (nota 17).

21 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De aplicações de liquidez		
Proveitos de operações no mercado monetário interfinanceiro	86.831	296.841
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	8.833	5.473
	<u>95.664</u>	<u>302.314</u>
De títulos e valores mobiliários		
Mantidos até ao vencimento no país		
Obrigações do Tesouro	-	81.839
Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio	1.212.296	1.127.539
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	6.112	-
	<u>1.218.408</u>	<u>1.209.378</u>
De crédito		
Empresas privadas		
Empréstimos	2.146.219	1.030.969
Crédito em conta corrente	1.772.102	1.986.856
Adiantamentos a depositantes	324.693	290.102
Leasing	8.458	16.720
Particulares		
Habitação	44.458	54.690
Consumo	119.914	357.664
Outras finalidades	36.711	38.967
Créditos em conta corrente	42.831	20.364
Adiantamentos a depositantes	60.574	51.294
Cartões de crédito	-	38
Sector público empresarial		
Empréstimos	32.275	2.408
Adiantamentos a depositantes	420	18
Outros sectores		
Empréstimos	176.568	107.008
Crédito em conta corrente	179.533	45.119
Adiantamentos a depositantes	10.609	13.823
Crédito vencido	27.228	14.525
	<u>4.864.045</u>	<u>4.009.047</u>
Total dos proveitos	<u>6.296.665</u>	<u>5.542.257</u>

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Custos de instrumentos financeiros passivos		
De depósitos		
Depósitos à ordem	297.641	299.966
Depósitos a prazo	2.076.524	1.890.877
	<u>2.374.165</u>	<u>2.190.843</u>
De captações para liquidez		
No país	52.896	-
No estrangeiro	95.549	12.509
	<u>148.445</u>	<u>12.509</u>
De outras captações		
Divida subordinada		
Empréstimo subordinado	299.205	158.078
	<u>299.205</u>	<u>158.078</u>
Total dos custos	<u>2.821.815</u>	<u>2.361.430</u>
MARGEM FINANCEIRA	<u>3.474.850</u>	<u>3.180.827</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Proveitos de aplicações de liquidez, refere-se aos proveitos recebidos pelo Banco relativamente às operações no mercado monetário interfinanceiro.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Proveitos de títulos e valores mobiliários, diz respeito aos juros de títulos da dívida pública, nomeadamente, Obrigações do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2015, os proveitos dos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano são sujeitos a IAC e deduzidos à matéria colectável em sede de imposto industrial (nota 36).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Proveitos de crédito, regista os juros dos contratos de crédito concedidos a clientes.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Custos de depósitos, refere-se os juros pagos aos clientes sobre os recursos capitalizados no Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Custos de captações para liquidez, inclui os juros pagos pela utilização de linhas de crédito concedidas por instituições de crédito no país e no estrangeiro, assim como os juros pagos relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

22 Resultados de negociação e ajuste ao justo valor

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Proveitos de instrumentos financeiros derivados		
Especulação e Arbitragem		
Forward Cambial	118.548	21.518
Custos de instrumentos financeiros derivados		
Especulação e Arbitragem		
Forward Cambial	(18.971)	(126.493)
	99.577	(104.974)

23 Resultados de operações cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Operações cambiais		
Em Dólares dos Estados Unidos	(223.780)	1.272.369
Em Euros	637.053	928.916
Em Randes	16.835	21.199
Em Libras Esterlinas	532	4.690
Outras moedas	504	226
Reavaliação cambial		
Em Dólares dos Estados Unidos	1.566.072	(371.040)
Em Euros	(76.850)	34.195
Em Randes	893	384
Em Libras Esterlinas	(84)	447
Outras moedas	502	57
	1.921.677	1.891.443

Os resultados de operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do balanço do Banco em moeda estrangeira, bem como o resultado das operações cambiais realizadas na actividade corrente da instituição.

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Especulação e Arbitragem		
Forward Cambial	118.548	21.518
	118.548	21.518
Especulação e Arbitragem		
Forward Cambial	(18.971)	(126.493)
	(18.971)	(126.493)
	99.577	(104.975)

24 Resultados de prestação de serviços financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Proveitos		
Movimentos TPA	53.493	48.373
Movimentos ATM	50.969	45.680
Movimentos cartões	14.379	9.205
Emissão de cheques	8.971	6.219
VISA	7.070	1.666
Devolução de cheques	543	721
Comissões recebidas		
Operações de estrangeiro	329.901	487.445
Conta corrente caucionada	159.239	181.460
Crédito documentário	145.568	118.017
Garantias bancárias	85.585	172.257
Operações de crédito	48.071	69.784
Anuidade de cartões	25.001	13.780
Compra e venda de moeda estrangeira	15.769	99.863
Montagem de operação	14.105	77.856
Leasing	-	-
Outras comissões	15.211	10.699
	<u>973.875</u>	<u>1.343.025</u>
Comissões pagas		
Operações de estrangeiro	74.772	93.380
Movimentos TPA	21.960	18.303
Movimentos cartões	11.759	8.506
VISA	6.111	4.270
Serviços bancários	1.904	9.560
	<u>116.506</u>	<u>134.019</u>
Resultado de prestação de serviços financeiros	<u>857.369</u>	<u>1.209.006</u>

25 Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Provisões para crédito de liquidação duvidosa		
Dotação do exercício	8.678.197	3.263.668
Reversão do exercício	(6.374.546)	(1.305.682)
	<u>2.303.651</u>	<u>1.957.986</u>
Provisões para prestação de garantias		
Dotação do exercício	4.827	27.732
Reversão do exercício	(24.365)	(16.068)
	<u>(19.538)</u>	<u>11.664</u>
	<u>2.284.113</u>	<u>1.969.650</u>

26 Pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Membros órgãos de gestão		
Remuneração	98.087	105.479
Prémios	50.000	32.021
Senhas de presença	4.601	6.080
Subsídio de férias	8.267	13.579
Subsídio de Natal	9.068	7.900
	<u>170.023</u>	<u>165.059</u>
Colaboradores		
Remuneração	530.596	389.906
Prémios	47.309	59.287
Subsídio de férias	46.952	31.450
Subsídio de Natal	45.796	32.847
Outros subsídios	209.733	115.229
Encargos sociais obrigatórios	17.057	61.690
Encargos sociais facultativos	34.711	42.726
Formação	8.250	2.460
	<u>940.404</u>	<u>735.594</u>
	<u>1.110.427</u>	<u>900.653</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Outros subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsídio de almoço, subsídio de transporte e subsídio de função.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Prémios refere-se ao acréscimo para bónus a pagar em 2016 a Órgãos Sociais e colaboradores, referente ao exercício findo em 2015.

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de AOA 38.867.743 (2014: AOA 31.156.110), referente às contribuições para o Fundo de Segurança Social. Durante o exercício de 2015 deixou de ser necessário constituir provisões para responsabilidades eventuais com reformas, tendo o Banco revertido o custo associado no valor de AOA 30.818.781.

Os colaboradores ao serviço do Banco durante os exercícios de 2015 e 2014, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2015	2014
Administrador Executivo	3	3
Direcção	15	12
Responsáveis e gerência	45	38
Técnicos	61	56
Administrativos	70	75
Auxiliares	9	9
	<u>203</u>	<u>193</u>

27 Fornecimentos de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Fornecimento de terceiros		
Comunicações	156.011	111.870
Água e Energia	35.489	22.374
Transportes, Deslocações e Alojamento	146.027	102.072
Publicações, Publicidade e Propaganda	135.490	152.074
Segurança, Conservação e Reparação	319.970	211.468
Auditoria, Consultoria e Outros Serviços Técnicos Espec.	285.794	254.622
Seguros	3.344	1.969
Alugueres	168.966	164.985
Materiais Diversos	33.674	40.233
Outros	30.712	21.923
	<u>1.315.477</u>	<u>1.083.590</u>

28 Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Impostos aduaneiros	-	2.764
Imposto de selo	10.871	-
Imposto de circulação	45	1.380
Imposto predial urbano	-	657
Imposto sobre transferências para o estrangeiro	11.633	-
Imposto de aplicação de capitais	41.856	6.179
	64.405	10.980

29 Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	12.189	4.599
	12.189	4.599

30 Outros custos administrativos e de comercialização

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Contencioso e notariado	8.614	1.652
Outros	-	459
	8.614	2.111

31 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Imobilizações corpóreas		
Imóveis de uso		
Terrenos	-	-
Edifícios	31.976	16.739
Grandes reparações	3.028	30
Equipamento		
Mobiliário e material	28.061	18.762
Máquinas e ferramentas	3.140	2.359
Equipamento informático	49.416	35.615
Instalações interiores	16.485	11.818
Material de transporte	50.826	44.904
Equipamento de segurança	3.867	2.979
Outras imobilizações corpóreas	1.598	1.574
	<u>188.397</u>	<u>134.779</u>
Imobilizações incorpóreas		
Sistema de tratamento automático de dados – Software	29.884	34.535
Gastos de organização e expansão	26.411	42.499
Benfeitorias em imóveis terceiros	21.509	22.403
Gastos com desenvolvimento	2.105	175
Outras imobilizações incorpóreas	-	30
	<u>79.909</u>	<u>99.642</u>
	<u>268.306</u>	<u>234.421</u>

32 Recuperação de custos

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Reembolso de despesas	134.632	172.647
	<u>134.632</u>	<u>172.647</u>

33 Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Valores de Natureza Fiscal	-	29.731
Valores de Natureza Cível	(8.000)	20.000
	<u>(8.000)</u>	<u>49.731</u>
	<u>2015</u> <u>AOA '000</u>	<u>2014</u> <u>AOA '000</u>
Provisões para outros valores e responsabilidades prováveis		
Dotação do exercício	-	49.731
Reversão do exercício	(8.000)	-
	<u>(8.000)</u>	<u>49.731</u>

No decorrer do exercício de 2015, ocorreu a alienação de bens recebidos por incumprimento de crédito, que se encontravam totalmente provisionados, no montante de AOA 8.000.000, tendo sido efectuada a reversão da provisão constituída no montante em causa. (Nota 8).

34 Resultado de imobilizações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Participações em Sociedades		
EMIS	566	-
	<u>566</u>	<u>-</u>

35 Outros proveitos e custos operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Despesas de representação	27.005	29.744
Quotizações	14.359	14.520
Donativos	1.593	1.426
STC compensação	14	9
Outros	496	210.834
Recuperações de créditos transferidos para prejuízo	(131.514)	(93.084)
	(88.047)	163.449

36 Resultado não operacional

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 AOA '000	2014 AOA '000
Resultado de alienação de imobilizado	3.460	-
Outros ganhos e perdas não operacionais		
Perdas relativas a exercícios anteriores	(404.050)	(181.432)
Ganhos relativos a exercícios	341.647	100.684
Outros ganhos e perdas não operacionais	(14.675)	-
	(73.618)	(80.748)

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Ganhos/Perdas relativos a exercícios anteriores refere-se a regularizações de juros, reconhecimento de despesas, acertos de custos diferidos, entre outros, relativos a exercícios anteriores.

Durante o exercício de 2015 verificou-se uma venda de imobilizado corpóreo, nomeadamente, material de transporte que gerou um resultado positivo de AOA 3.460.000.

37 Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2015 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4º, da Lei n.º 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%. (nota 2.2 I).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o resultado do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2015	2014
	AOA '000	AOA '000
Encargos sobre resultado corrente	199.725	231.309
Resultados antes de impostos	1.447.569	1.849.017
Carga fiscal	13,80%	12,51%
	1.247.844	1.617.708

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não foram registados activos ou passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2015 e 2014, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa de Imposto	Valor AOA '000	Taxa de Imposto	Valor AOA '000
Resultado antes de imposto		1.447.569		1.849.017
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30%	(434.271)	30%	-554.705
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-24,40%	352.965	-19,62%	362.813
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)	6,20%	(89.762)	0,00%	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	1,40%	(20.753)	1,21%	(22.420)
Provisões não previstas	0,00%	-	0,81%	(14.919)
Despesas de representação não justificadas	0,30%	(3.771)	0,11%	(2.078)
Multas e demais encargos	0,30%	(3.657)	0,00%	-
Donativos não enquadrados	0,00%	(476)	0,00%	-
	13,80%	1.247.844	12,51%	1.617.708

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei nº 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

38 Transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015 as entidades accionistas e participadas são as seguintes:

ACCIONISTAS

Montepio Holding, S.G.P.S., SA
Mário Abilio Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares
Carlos Maria da Silva Feijó
João Avelino Augusto Manuel
Iberpartners
Francisco Simão Júnior
Dumilde das Chagas Simões Rangel

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Félix Morgado
António Francisco de Araújo Pontes
Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
João Filipe Milhinhos Roque
Ana Lúcia Louro Palhares
João Carlos Martins da Cunha Neves
Tereza de Jesus Teixeira Barbosa Amado

PARENTES PROXIMOS DOS ACCIONISTAS/MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dionizia Gonçalves da Costa Simão
Joaquim Patrício da Costa Simão
Osvaldo de Brito Simão
Constancia Inacio de Almeida Rangel (herdeiros)
Claudio da Costa Simao

SOCIEDADES ONDE ACCIONISTAS, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARENTES PRÓXIMOS TEM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

Banco de Negócios Internacional, S.A. (BNI)
CEMG - Caixa Económica Montepio Geral
Geminas
Grupo Gema
Medabil Angola
Himoinsa Angola
Porto Seco da Mulemba
Vauco Automóveis e Equipamentos
Novacal
Shafaris
Chamavo e Companhia
Consar Gestão de Empreendimentos e Serviços
Cominder Comércio e Industria
Gelcon Holding Company
Bifashion
Gesimet Industria Siderugica de Angola SA
Fundação Mucusso

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos e transacções mantidos com accionistas, participadas e outras entidades relacionadas, são os seguintes:

2015				
	Accionistas (AOA '000)	Membros do Conselho de Administração (AOA '000)	Parentes próximos de Accionistas e de Membros do Conselho de Administração (AOA '000)	Sociedade onde Accionistas, Membros do Conselho de Administração e parentes próximos tem influência significativa (AOA '000)
Activo				
Crédito	61.081	342	9	222.046
Outros Activos	-	-	-	7.979.068
Passivo				
Depósitos	212.093	9.357	693	1.050.212
Outros Passivos	4.616.367	-	-	3.288.848
Resultados				
Custos	(316.544)	-	-	(294.066)
Proveitos	56.602	52	2	28.789
Net	(259.942)	52	2	(265.277)
Responsabilidades Extrapatrimoniais				
Garantias Prestadas	-	-	-	-

2014				
	Accionistas (AOA '000)	Membros do Conselho de Administração (AOA '000)	Parentes próximos de Accionistas e de Membros do Conselho de Administração (AOA '000)	Sociedade onde Accionistas, Membros do Conselho de Administração e parentes próximos tem influência significativa (AOA '000)
Activo				
Crédito	70.468	-	-	180.739
Outros Activos	-	-	-	-
Passivo				
Depósitos	135.757	18.584	-	1.813.619
Outros Passivos	3.085.890	-	-	-
Resultados				
Custos	(111.533)	-	-	(220.162)
Proveitos	-	-	-	36.143
Net	(111.533)	-	-	(184.019)
Responsabilidades Extrapatrimoniais				
Garantias Prestadas	-	-	-	-

39 Balanço por moedas

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2015 é apresentada conforme segue:

	2015						Total AOA '000
	Kwanzas AOA '000	Dólares dos Estados Unidos		Libras		Outros AOA '000	
		Euros AOA '000	Esterlinas AOA '000	Randes AOA '000			
Activo							
Disponibilidades	7.754.403	4.581.484	784.495	5.814	1.632	1.268	13.129.096
Aplicações de Liquidez	-	57.093	3.402.516	-	-	-	3.459.609
Títulos e valores mobiliários	17.879.888	2.130.557	-	-	-	-	20.010.445
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	99.709	(7.716)	(9.741)	8	29	-	82.289
Créditos	38.265.894	1.296.180	4	-	-	-	39.562.078
Outros valores	768.768	13.737	5.139	-	-	-	787.644
Imobilizações	6.253.360	-	-	-	-	-	6.253.360
Total do Activo	71.022.022	8.071.335	4.182.413	5.822	1.661	1.268	83.284.521
Passivo							
Depósitos	43.662.251	12.372.293	4.968.810	1.216	319	16	61.004.904
Captações de Liquidez	2.650.820	3.247.945	280	-	-	-	5.899.045
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações no sist. de pagamentos	258.255	115.734	39.139	-	-	-	413.128
Outras captações	-	4.131.367	-	-	-	-	4.131.367
Outras obrigações	1.371.587	663	76.419	-	-	-	1.448.670
Provisões para respon. prováveis	76.579	-	-	-	-	-	76.579
Total do Passivo	48.019.492	19.868.002	5.084.648	1.216	319	16	72.973.693
Fundos próprios	23.002.530	(11.796.667)	(902.235)	4.606	1.342	1.252	10.310.828
Total do Passivo + Capital Próprio	71.022.022	8.071.335	4.182.413	5.822	1.661	1.268	83.284.521

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2014 é apresentada conforme segue:

	2014						Total AOA '000
	Kwanzas AOA '000	Dólares dos Estados Unidos		Libras		Outros AOA '000	
		Euros AOA '000	Esterlinas AOA '000	Randes AOA '000			
Activo							
Disponibilidades	7.044.868	2.471.039	392.817	1.024	44	3.324	9.913.116
Aplicações de Liquidez	10.055.680	-	-	-	-	-	10.055.680
Títulos e valores mobiliários	12.970.110	-	-	-	-	-	12.970.110
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	213.038	433.913	53	19	18	-	647.040
Créditos	31.463.830	3.546.729	1.385.398	-	-	-	36.395.957
Outros valores	321.693	43.683	15.900	329	-	-	381.606
Imobilizações	5.780.577	-	-	-	-	-	5.780.577
Total do Activo	67.849.796	6.495.364	1.794.168	1.372	62	3.324	76.144.086
Passivo							
Depósitos	44.386.285	10.216.411	4.399.448	1.106	170	10	59.003.430
Captações de Liquidez	-	2.097.932	-	-	-	-	2.097.932
Instrumentos financeiros derivados	-	-	105.809	-	-	-	105.809
Obrigações no sist. de pagamentos	818.280	164.021	160.227	-	-	-	1.142.528
Outras captações	-	3.140.560	-	-	-	-	3.140.560
Outras obrigações	998.091	2.550	9.085	-	-	-	1.009.726
Provisões para respon. prováveis	96.117	-	-	-	-	-	96.117
Total do Passivo	46.298.773	15.621.474	4.674.569	1.106	170	10	66.596.102
Fundos próprios	21.551.023	(9.126.110)	(2.880.401)	266	(108)	3.314	9.547.984
Total do Passivo + Capital Próprio	67.849.796	6.495.364	1.794.168	1.372	62	3.324	76.144.086

40 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

41 Eventos subsequentes

Com base na comunicação do Banco Nacional de Angola número 206/DSI/16 de 22 de Janeiro de 2016, invocando o artigo 6º do Aviso nº15/2007 de 12 de Setembro, comunicamos que existiu uma variação cambial por via da desvalorização do Kwanza entre o dia 31 de Dezembro de 2015 e o dia 04 de Janeiro de 2016, registando um impacto positivo nas contas do Finibanco para o exercício de 2016 no montante de 584.252 milhares de Kwanzas.

Deste modo, apresentamos a variação cambial entre o período de 31 de Dezembro de 2015 e 04 de Janeiro de 2016:

	31.12.2015	04.01.2016
Dólar Australiano	115	115
Dólar Canadiano	97,535	112,137
Franco Suíço	136,606	156,819
Coroa Dinamarquesa	19,81	22,378
Euro	147,832	169
Libra Esterlina	200,3	230,656
Iene	1,123	1,293
Dólar Namibiano	13,951	13,951
Coroa Norueguesa	15,443	17,682
Coroa Sueca	16,114	18,482
Dólar dos Estados Unidos	135,315	155,612
Rand	14,206	14,206

Apresentamos, os impactos financeiros por moeda e área de Balanço face à variação cambial descrita cima:

	Kwanzas Indexados ao USD AOA '000	Dólares dos Estados Unidos AOA '000	Euros AOA '000	Libras Esterlinas AOA '000	Randes AOA '000	Outros AOA '000	Total AOA '000
Activo							
Disponibilidades	-	687.215	112.331	881	-	183	800.611
Aplicações de Liquidez	-	8.564	487.205	-	-	-	495.769
Títulos e valores mobiliários	2.521.490	319.580	-	-	-	-	2.841.070
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	-	(1.157)	(1.395)	1	-	-	(2.551)
Créditos	-	194.425	1	-	-	-	194.425
Outros valores	-	2.061	735	-	-	-	2.795
Imobilizações	-	-	-	-	-	-	-
Total do Activo	2.521.490	1.210.686	598.877	882	-	183	4.332.119
Passivo							
Depósitos	39.451	1.855.821	711.482	184	-	-	2.606.938
Captações de Liquidez	-	487.186	40	-	-	-	487.226
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações no sist. de pagamentos	-	17.360	5.604	-	-	-	22.964
Outras captações	-	619.697	-	-	-	-	619.697
Outras obrigações	-	99	10.942	-	-	-	11.042
Provisões para respon. prováveis	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	39.451	2.980.164	728.069	184	-	-	3.747.867
Mais / Valias cambiais	2.482.040	(1.769.477)	(129.192)	698	-	183	584.252

Não temos conhecimento de quaisquer factos adicionais ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2015, para além dos referidos acima, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações no anexo às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

Relatório do Auditor Independente



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Rua do Assalto ao Quartel de Moncada, nº15 - 2º
Luanda - Angola

Telefone: +244 227 28 01 01
Fax: +244 227 28 01 19

Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do Finibanco Angola, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Finibanco Angola, S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 83.284.521 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 10.310.828 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 1.247.844 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”) e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Finibanco Angola, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Luanda, 12 de Abril de 2016



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Representada por:
Maria Inês Rebelo Filipe
Perito Contabilista (Cédula n.º 20140081)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

1. Dando cumprimento ao mandato que V. Exas. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, nomeadamente da Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro de 2004, Das Sociedades Comerciais, bem como os Estatutos do **FINIBANCO ANGOLA, S.A.**, submetemos à apreciação de V. Exas. o parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, as quais compreendem o Balanço (que apresenta um total do Activo de 83.284.521 milhares de Kwanzas, um total do Passivo de 72.973.693 milhares de Kwanzas, e Capital Próprio de 10.310.828 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado do exercício de 1.247.844. milhares de kwanzas), a Demonstração de Resultados, a Mutação nos Fundos Próprios, o Fluxo de Caixa e as respectivas Notas.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2015, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que se julgaram pertinentes, além de observar demais procedimentos tidos como indispensáveis.
3. A actividade do **FINIBANCO ANGOLA**, relativamente ao exercício económico de 2015, caracterizou-se por uma estratégia de consolidação da sua estrutura hierárquica e funcional e no desenvolvimento da sua actividade Comercial, baseada na execução do Plano de Actividade e Orçamento reportados.
4. Com base no resultado da fiscalização exercida nos moldes referidos no parágrafo #2 acima, consideramos que:
 - i. os documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, em nosso entender, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo BNA, com as actualizações introduzidas pela Directiva n.º 04/DSI/2011, e descrevem sumariamente a actividade desenvolvida pelo Banco e ajudam a interpretar os resultados apurados, na medida em que evidenciam os factos mais relevantes e os factores que para eles contribuíram;

- ii. as informações constantes no relatório a que o presente parecer se reporta são verdadeiras e apropriadas, de acordo com as disposições estabelecidas no artigo 1.º do Instrutivo n.º 1/2013, de 22 de Março, do BNA.
 - iii. Não tomamos conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária às normas em vigor e que possam pôr em causa a razoabilidade das Demonstrações Financeiras apresentadas.
5. Assim, com base no exposto, e considerando que os documentos referidos em #1 permitem, no seu conjunto, a compreensão da situação financeira e dos resultados do Banco, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **FINIBANCO ANGOLA, S.A.** naquela data, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.
6. O Conselho Fiscal recomenda, para o exercício económico de 2016, o reforço e continuidade de políticas de gestão prudentes dada as limitações actuais do mercado, particularmente, devido à baixa liquidez; a diminuição de divisas no mercado e a reorganização das empresas que devido à necessidade de cumprirem com os novos requisitos fiscais passam a ter obrigações que poderão influir nas carteiras de depósitos e outras transacções com o Banco.

Luanda, aos 14 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal


Dina Leote
Presidente


Carla Lobo
Vogal


Licínio Assis
Vogal

Contactos Finibanco – Rede de Canais de Distribuição

Província de Luanda

Agência da Marginal (Sede)

Travessa Engrácia Fragoso, Nº 24 r/c, Município de Ingombota, Luanda - Angola

Geral: +244 222 636 000 Contacto Gerente: João Lopes (+244 222.636.003 / 946.135.958)

Centro de Empresas de Luanda

Travessa Engrácia Fragoso 24 r/c, Município de Ingombota, Luanda - Angola

Geral: +244 222 636 000, Director Regional: Telmo dos Santos (+244 222.636.026/ 926 336 345)

Agência HCTA

Hotel de Convenções do Talatona, Loja Nº3, Luanda - Angola

Contacto Gerente: Maria Larissa (+244 222.636.071 / 926.060.954)

Agência de S. Paulo

Rua N'gola Kiluange, Nº 443/444, Município de Sambizanga, Luanda - Angola

Geral: +244 222 387 811, Contacto Gerente: Jurema Simão (+244 222.387.811 / 924.814.350)

Agência Comandante Valódia

Av. Comandante Valódia, nº 149, Município do Sambizanga, Luanda - Angola

Geral: +244 222 442 780, Contacto Gerente: Tomás Marques (+244 935.768.841/928.643.643)

Agência do Morro Bento

Avenida 21 Janeiro, Município de Samba, Luanda - Angola

Contacto Gerente: Arminda Francisco (+244 222.014.325/ 947.388.763)

Agência da Mulemba

Estrada do Cacuaco, Km 4, Petrangol, Luanda - Angola

Contacto Gerente: Heldgário Benchimol (+244 222.636.091/ 923.502.026)

Agência do Bom Jesus

Estrada de Catete, Km 38, Município de Viana, Luanda - Angola

Contacto Gerente: António Rodrigues (+244 222.636.099 / 948.215.130)

Agência da Estalagem Km9

Estrada de Viana – Estalagem, Município de Viana, Luanda - Angola

Contacto Gerente: Celina Francisco (+244 222.636.075 / 947.388.759)

Agência de Viana

Avenida Comandante Valódia, Município de Viana, Luanda - Angola

Geral: +244 222 636 080, Contacto Gerente: Eduardo Pacavira (+244 222.636.081/ 926.400.895)

Agência da Camama

Estrada da Camama (junto ao Grupo JLCP), Município de Viana, Luanda - Angola

Contacto Gerente: Mariana Pitra (+244 222.636.073 / 926.400.859)

Agência Epic Sana

Hotel Epic Sana, Rua da Missão, Luanda - Angola

Contacto Gerente: Ricardo R.N.P Silva (+244 222.636.077/ 924.814.308)

Agência Dolce Vita

Condomínio Dolce Vita Via S/8, Avenida Talatona, Luanda Sul

Contacto Gerente: Liliana Lourenço (+244 222.636.099/ 948.215.136)

Agência Major Kanhangulo
Rua Major Kanhangulo, Município de Ingombota, Luanda – Angola
Contacto Gerente: Flávia Cardoso (+244 222.654.294 / 939.093.808)

Centro de Empresas Major Kanhangulo
Rua Major Kanhangulo, Município de Ingombota, Luanda – Angola
Director Comercial Empresas: Rui Teixeira (+244 222 654 226 / +244 926 400 898)

Agência Camama II TPA
Instalações dos estúdios da TPA, Camama, Luanda
Contacto Gerente: Ivan Matamba (+244 222.636.079 / 926.060.900)

Província do Huambo

Agência do Huambo
Avenida da Independência Ex 5 de Outubro, Huambo
Geral: +244 241 220 902, Contacto Gerente: Osvaldo Travessa (+244 241.220.902 / 928.222.257)

Província de Benguela

Agência de Benguela
Avenida 10 de Fevereiro, Benguela - Angola
Contacto Gerente: Felipe Lima (+244 948.565.959)

Centro de Empresas de Benguela
Avenida 10 de Fevereiro, Benguela - Angola
Contacto Director Regional: Frederico Marques (+244 272.231.488 / 947.388.751)

Agência do Lobito
Rua 28 Maio (junto ao Mercado Municipal), Município de Lobito
Contacto Gerente: Osvaldo Loureiro (+244 272.220.376 / 926.987.341)

Província de Huíla

Agência Lubango Centro
Rua Patrice Lumumba, Bairro Helder Neto, Lubango, Huíla
Contacto Gerente: Solange Teixeira (+244 261.223.302 / 935.768.842)

Centro de Empresas Lubango
Rua Patrice Lumumba, Bairro Helder Neto, Lubango, Huíla
Director Regional: Frederico Marques (+244 947 388 751)

A abrir em 2016

Agência do Patriota
Rua do Patriota, s/n, Bairro do Patriota, Belas

Centro de Empresas do Patriota
Rua do Patriota, s/n, Bairro do Patriota, Belas

Agência da Samba – Bairro Azul
Rua Direita da Samba, nº 104, Luanda

Centro de Empresas da Samba – Bairro Azul
Rua Direita da Samba, nº 104, Luanda